18ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

1ª Sessão Legislativa

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIV FLORIANÓPOLIS, 1º DE OUTUBRO DE 2015 NÚMERO 6.897

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Aldo Schneider
1º VICE-PRESIDENTE

Leonel Pavan
2º VICE-PRESIDENTE

Valmir Comin
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
3º SECRETÁRIO

Mário Marcondes
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Silvio Dreveck

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Antônio Aguiar

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Jean Kuhlmann

BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA (PSDB E PP)
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Luciane Carminatti

BLOCO FRENTE RENOVAÇÃO (PR, PSB E PPS)
Líder: Cleiton Salvaro

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: César Valduga

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei Alberton Ascari
Ricardo Guidi
Narcizo Parisotto
João Amin
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
João Amin - Presidente
Valdir Cobalchini- Vice-Presidente
Darci de Matos
Cleiton Salvaro
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Jean Carlo Leutprecht

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA
Neodi Saretta - Presidente
Patrício Destro - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
José Milton Scheffer
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Serafim Venzon - Presidente
Rodrigo Minotto - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Natalino Lázare
Manoel Mota
Fernando Coruja
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
José Nei Alberton Ascari - Presidente
Gean Loureiro – Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Luiz Fernando Vampiro
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ricardo Guidi
Silvio Dreveck
Antonio Aguiar
Valdir Cobalchini

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Patrício Destro
Rodrigo Minotto
José Milton Scheffer
Antonio Aguiar
Gean Loureiro
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL
Natalino Lázare - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Jean Carlo Leutprecht
Mauro de Nadal
Manoel Mota
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA
Silvio Dreveck - Presidente
Cleiton Salvaro - Vice-Presidente
Darci de Matos
Rodrigo Minotto
Luiz Fernando Vampiro
Gean Loureiro
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Gean Loureiro - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Jean Carlo Leutprecht
João Amin
Maurício Eskudlark
Neodi Saretta

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
Dirceu Dresch – Presidente
Narcizo Parisotto – Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Natalino Lázare
Marcos Vieira
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Kennedy Nunes- Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Fernando Coruja
Ana Paula Lima
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Romildo Titon - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Ana Paula Lima
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Valdir Cobalchini - Presidente
Luciane Carminatti – Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto
Serafim Venzon
Gean Loureiro

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Patrício Destro –Presidente
Jean Carlo Leutprecht
José Milton Scheffer
José Nei Alberton Ascari
Patrício Destro
José Milton Scheffer
Romildo Titon
Manoel Mota
Neodi Saretta

COMISSÃO DE SAÚDE
Ana Paula Lima - Presidente
Doutor Vicente - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Jean Carlo Leutprecht
José Milton Scheffer
Fernando Coruja
Dalmo Claro

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL
Patrício Destro - Presidente
Ana Paula Lima – Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Doutor Vicente
Fernando Coruja
Romildo Titon
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Doutor Vicente - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Neodi Saretta
Jean Carlo Leutprecht

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS
Ismael dos Santos – Presidente
Narcizo Parisotto – Vice-Presidente
Natalino Lázare
Doutor Vicente
Dalmo Claro
Fernando Coruja
Ana Paula Lima

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação:
Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição.
Coordenador: Roger Luiz Siewerdt

Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:
Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.
Coordenadora: Carla Silvanira Bohn

DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:
Responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

EXPEDIENTE

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIV
NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS
TIRAGEM: 5 EXEMPLARES

ÍNDICE

Plenário
Ata da 073ª Sessão Ordinária realizada em 02/09/2015 2
Ata da 025ª Sessão Especial realizada em 2/09/2015 12
Atos da Mesa
Atos da Mesa DL..... 14
Atos da Mesa 15
Publicações Diversas
Atas de Comissões Permanentes..... 15
Aviso de Licitação 16
Ofício 17
Portarias..... 17
Projetos de Lei 21
Projeto de Resolução 23

PLENÁRIO

ATA DA 073ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Jean Kuhlmann - Jean Leutprecht - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada. Gostaria de registrar que aqui, nesta Casa, encontram-se os alunos, a direção e os membros da APP da Escola de Ensino Médio Professora Elza H.T. Pacheco, de Blumenau, que estão vivendo lá um drama já há algum tempo.

Eles vêm pedir a todos os parlamentares desta Casa uma solução para o seu problema, que não é resolvido pela secretaria de Desenvolvimento Regional de Blumenau. Por isso, trouxeram o problema até este Parlamento e irão entregar uma documentação.

Hoje, dia em que Blumenau completa 165 anos, é feriado na cidade, e esses alunos vieram a esta Capital com seus pais, professores e a direção da escola para trazer o problema a fim de tentar solucioná-lo de uma vez por todas, uma vez que vem se arrastando há anos.

Eles gostariam de entregar essa documentação a todos os deputados. E estão do lado de fora do plenário, aguardando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Deputada, todos os parlamentares receberão a documentação. A própria assessoria da Casa fará a distribuição para que todos os deputados recebam a mesma.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

Inicialmente quero aqui saldar a representação do Colégio Estadual Professora Elza H.T. Pacheco do município de Blumenau que a deputada Ana Paula Lima já os cumprimentou. Ela que é de Blumenau depois que ela saudou peço a permissão para eu saldar os alunos, os professores, em nome da Associação dos Pais e Professores da dona Albertina Rangel, em nome da Edicleia Batista, que é a presidente do Conselho Deliberativo.

Em nome do presidente do Grêmio Estudantil Douglas Florenço e da diretora a professora Tânia Elani Wuaden que faz aqui uma visita a este Parlamento. E que em nome deles aproveito para reiterar o pedido junto ao secretário de Educação junto ao governador do estado. Naturalmente isto é uma questão de planejamento, Santa Catarina tem 1.220 colégios estaduais mais ou menos como este de vocês, alguns um pouco maiores, porque chegam até mais de mil alunos, e o estado então, é responsável pelo ensino médio.

Gradativamente vai se repartindo o ensino fundamental por município, o ensino médio para o estado, e o colégio Elza Pacheco funciona justamente com o ensino básico, ensino que é de abrangência em princípio municipal. A preocupação deles é poder ter a ampliação da área, é poder atender mais alunos, porque mesmo que tenha agora apenas 400 alunos no ensino médio, no entorno do colégio, considerando vários bairros e somando a população de mais 40 mil habitantes, têm mais de 900 alunos que estão terminando o 9º ano letivo do ensino básico e que no ano que vem o ideal seria se eles tivessem uma escola próxima para poderem ir à aula.

Quer dizer, se todos eles forem para o colégio estadual Elza Pacheco não há como matricular um número tão grande, mas só para ver a demanda a necessidade que tem. Por isso que o pedido de vocês é muito mais do que justo. Certamente já fizeram outros processos de pedido. Mas vem aqui neste Parlamento pedir o apoio para este pleito da comunidade.

Que bom que a comunidade está nos pedindo escola. Difícil e ruim seria se tivessem pedindo cadeia seria muito mais constrangedor.

Então a educação é prioridade. Nós vamos, sim, encaminhar esse pedido junto à secretaria da Educação e se necessário for vamos pedir ao governador.

E isso também em homenagem ao dia de hoje que Blumenau está completando aniversário de emancipação política, município muito importante para o estado e para o Brasil do ponto de vista cultural, do ponto de vista econômico, do ponto de vista de arrecadação de impostos. E é justamente com estes impostos que vão ao governo, através da movimentação econômica, que o governo faz a parte social.

Então nossa saudação especial a Blumenau e a delegação que nos visita!

Mas, eu queria me ater, hoje, sr. presidente, à questão do Samu. Na segunda-feira, inclusive coordenada pela deputada Ana Paula Lima, houve aqui uma audiência pública para falar sobre a centralização do atendimento ao Serviço Móvel de Urgência, como são as suas iniciais, para atender o estado inteiro que, hoje, está dividido em oito regionais. São elas: Florianópolis; indo para o sul - Criciúma, Lages; depois Balneário Camboriú, Blumenau, Joinville, Joaçaba, São Miguel do Oeste.

Qual é o projeto do governo que já está acontecendo por um acordo entre a secretaria estadual e as municipais, tendo em vista que o Samu, que é um serviço de saúde desenvolvido pela secretaria de estado da Saúde de Santa Catarina em parceria com as secretarias municipais de saúde e com o ministério? Por conta de uma modificação feita, há a necessidade de fazer com a secretaria do estado e as municipais de saúde também o façam.

Mas, além das oito regiões o serviço está distribuído com 23 unidades de porte avançado. Por exemplo, Rio do Sul tem uma unidade de porte avançado, uma unidade com uma estrutura melhor de atendimento para o referido município e todo o entorno. Também, tem mais de 102 unidades de porte básico, como em Balneário Camboriú tinha uma central de regulação, porém a ambulância não ficava parada apenas no município, mas tinha uma de porte básico lá em Nova Trento, tinha uma ambulância de porte básico próximo a Gaspar. Duas ou três ambulâncias e uma equipe de porte avançado em Balneário Camboriú. Jaraguá pertence à região de Joinville, mas havia um porte avançado em cada uma das cidades.

Qual é a mudança que está acontecendo? Das oito regionais existentes, será apenas uma só. Existe uma preocupação que alguns deputados interpretam e eu compreendo, dizendo que se centralizar numa só vai piorar, mas não vejo assim, porque se alguém de Brusque ligar para Balneário Camboriú ou ligar o mesmo número e cair em Florianópolis, não importa.

A minha dificuldade com o Samu, deputada Ana Paula Lima, foi o atendimento, do tempo que existe. Eu como deputado, secretário da Assistência Social como fui, médico cirurgião, só consegui chamar o Samu uma vez, quase de joelho, das outras vezes não adiantou se ajoelhar, porque nem pedido de médico o Samu atendia.

Então, o responsável pela regulação que eles colocavam nessas oito regionais era especialista em dizer não, em explicar que não ia, mas isso eu já falei face a face ao sistema de regulação do Samu. Agora, em vez de ter oito regiões que explicam que não vão, eu espero que tenha uma que explique que vai. E espero que uma central de regulação possa fazer uma economia do ponto de vista de os funcionários atenderem e com isso em vez de ter oito explicando, que seriam mais 16 ou 20 assessores explicando que não, tendo uma central única, vai ter um pouco mais de recursos que com esses recursos não precisamos economizar em dinheiro, mas que se transforme em atendimento melhor a esse serviço tão importante.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Sabe por que não funcionou? Porque terceirizou o serviço. É esse o problema. O estado terceirizou o serviço.

O que nós queremos é que o estado assuma isso de uma vez por todas e que dê o atendimento adequado a nossa população.

O senhor acha que se nós centralizarmos os bombeiros em Florianópolis, Blumenau quando pegar fogo vai ser atendido? Se senhor acha que se centralizar a Polícia Militar em Florianópolis, Blumenau ou Brusque serão atendidos? O senhor acha que se centralizar o Samu que Blumenau, Brusque ou Gaspar, onde nós moramos, vai ser atendido? Temos que descentralizar o mais próximo da casa das pessoas. Com saúde não se economiza, com saúde não se brinca, com saúde tem que ter muito responsabilidade, se o senhor acha que 30 linhas telefônicas aqui na grande Florianópolis, que é a central que eles querem colocar, vai atender 295 municípios do estado de Santa Catarina. Que matemática é essa? É uma matemática que não fecha.

O senhor imagina ligar para Florianópolis e daqui ligarem para sua cidade, Brusque, o tempo que isso vai levar. Também, se São Miguel do Oeste ligar para Florianópolis. É um desconforto! O tempo de atendimento vai piorar muito e o tempo de resultado de atendimento à população, v.exa. é médico e sabe que um minuto é imprescindível para salvar uma vida.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Agradeço o aparte de v.exa., mas temos que saber corrigir para quem está nos ouvindo: a central de regulação é uma, mas a ambulância vai ficar em São Miguel do Oeste, a ambulância vai estar em Nova Trento. Eu não tenho procuração, deputada Ana Paula Lima, para defender o João Paulo Kleinübing, mas as oito centrais de regulação eram um exagero. Eu acho que 30 linhas como eram 40 antes...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Srs., eu apelo pelo bom senso de v.exas. para que façam então os 30 segundos a fim de que possamos dar sequência ao horário das Breves Comunicações.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. que é da região sul de Santa Catarina não está preocupado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com certeza.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Srs. deputados, para chegar uma ambulância em Criciúma, Brusque, São Miguel do Oeste, como é que um médico tem que ligar primeiro para Florianópolis? Porque Florianópolis tem que ligar de volta para São Miguel do Oeste, Brusque. É isso! É isso, simples assim!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Obrigada, deputada. De qualquer maneira eu aposto, srs. deputados, que essa economia que está se fazendo em pessoal parado no atendimento, como disse, que não podia ir, que se transforme mais ....

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Deputado Serafim Venzon, mais 30 segundos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Deputado Kennedy Nunes, certamente v.exa. que já foi candidato a prefeito lá em Joinville deve ter resolvido o problema da saúde, mas este tema é de fato muito importante, precisa ser discutido, merece o nosso apoio.

Eu quero dar apoio ao deputado João Paulo Kleinübing no sentido de promover uma transformação que melhora o serviço.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - O próximo orador inscrito é o deputado Fernando Coruja, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. parlamentares, srs. alunos e diretores. Neste debate do Samu já tive a oportunidade de me manifestar e estou muito mais próximo do posicionamento da deputada Ana Paula Lima e até brincava com eles dizendo que este negócio de central única, o PT só é a favor da Central Única dos Trabalhadores, o resto...

Mas quero falar aqui basicamente sobre dois assuntos, o primeiro, é sobre o fato de no Congresso Nacional o governo mandar o orçamento com mais de R$ 30 bilhões de *déficit* previsto, e o Congresso Nacional já acena que há um *déficit* maior ainda embutido na peça orçamentária.

Um orçamento com *déficit* dá um sinal para a sociedade, um sinal para o mundo de maneira geral, de uma situação econômica muito difícil, e como a economia se vive de expectativas este é um fato de extrema gravidade.

O que chama a atenção é o fato de o governo ter encaminhando um orçamento com *déficit,* de o governo não ter feito o seu dever de casa, de ter assumido e ter dito: olha, temos que cortar essas despesas aqui porque um governo, seja qual for o governo, não pode mandar o orçamento com *déficit, p*orque ele é o responsável pelas contas, ele tem que pedir apoio do Congresso, mas ele precisaria verificar os números e dizer onde ia cortar despesa ou de que forma vai arrecadar os tributos para compensar este *déficit.*

Isto, nós estamos percebendo, há uma crise institucional em Brasília, há uma crise política, e há uma crise de governabilidade, porque este é um sinal evidente de que o governo não está governando, é preciso governar.

Imagine que se tratasse de um município pequeno, qual seria o posicionamento da Justiça, da população, das críticas da imprensa? É uma situação muito delicada colocada hoje no Congresso Nacional.

Nós estamos trabalhando, o deputado Kennedy Nunes estava aqui agora mesmo, para discutir a alteração do Pacto Federativo. Então, vejamos, quando eu tenho uma crise desta magnitude, em nível nacional, que arrecada a maior parte dos tributos, eu tenho uma crise que se alastra para o país como um todo.

Não vamos entrar nos detalhes de por que a crise ocorreu, os discursos vêm lá, vêm acolá, se é a favor ou contra o governo, mas que a crise está instalada, está. Há um reconhecimento de que a crise está colocada.

É muito provável que, se o país fosse uma federação mais sólida, esta crise não atingisse tanto o nosso país, como ela vai atingir. As pessoas não percebem que este fato, esta sinalização é um sinal claro de que vai aumentar o desemprego, de que nós vamos ter problemas sociais maiores, de que vai faltar dinheiro para várias áreas, é realmente uma situação preocupante.

E nós temos que começar, aqui em Santa Catarina, a tratar do assunto. Hoje tivemos um debate, aqui, a respeito das medidas provisórias, e eu acho que nós temos que tratar realmente esta questão da situação pública do país com mais atenção.

Não é uma crisezinha! Aliás, isso foi repetido muitas vezes, que não era uma marolinha. Não é uma marolinha, não era, não é! E não vai ser no futuro. Alguns sinais, inclusive, são muito delicados.

É claro que sempre que se faz um discurso dessa ordem, vai ter alguém para dizer que está sendo pessimista. Mas é preciso ter um pouco da realidade do que está acontecendo.

A segunda questão que eu quero tratar aqui, voltar à questão, é a respeito da proposta de emenda constitucional que procura criar, em Santa Catarina, uma súmula vinculante aos moldes da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Debatemos aqui a constitucionalidade, foi suplantada porque este Plenário votou pela constitucionalidade. Eu argumentei, continuo com a minha ideia de que é inconstitucional, e acho que tem que debater argumentos sobre a constitucionalidade ou não, mas entendo que o Plenário, em assuntos desta relevância, não pode ter simplesmente, até como foi abordado pela imprensa, depois, um posicionamento, como foi dito, que é um posicionamento de situação e oposição.

Nós não estamos tratando de situação e oposição, nós estamos tratando se a proposta é ou não constitucional, de uma coisa que vai ter profundo impacto na vida das pessoas, que vai modificar as relações na Justiça, e vai fazer com que pessoas, em determinados momentos, sejam presas, percam os seus bens, em função de uma súmula vinculante, que é uma coisa absolutamente antidemocrática.

A súmula vinculante, da maneira que é colocada, se espalhar ela pelo país, ela fragiliza o próprio Poder Legislativo, por que o poder de decisão é transferido para o Poder Judiciário. Você abre mão e concentra, não para o Poder Judiciário, para um grupo de juízes no Poder Judiciário. Para um grupo de juízes, no Poder Judiciário, que decide!

Ora, as decisões, no Supremo Tribunal Federal não são jurídicas fundamentalmente, são também jurídicas, são decisões políticas.

O que está se tratando agora na questão da descriminalização da droga? É uma decisão jurídica? Não, é política.

Pode até alguém dizer que estamos fazendo o papel que o Congresso não fez. Ora, o Congresso fez! Se o Congresso não fez a lei, é porque não quis fazê-lo. Porque a lei de descriminalização está lá colocada, por enquanto é crime. Não é?

Não vou entrar no mérito de descriminalização, não é o assunto aqui, mas o Supremo Tribunal Federal tem decisões políticas. Essas decisões políticas, quando faz uma súmula vinculante, elas usurpam o papel do próprio Legislativo, que faz as leis.

Elas impedem a independência do juiz de primeiro grau. Elas concentram o poder nas mãos de um grupo de juízes. Não vamos julgar aqui a questão, pois não é uma questão das pessoas, porque você não pode ter monopólio da decisão de nenhum poder.

Então, esse é um assunto de extrema importância, nós estamos trabalhando aqui para fazer algumas audiências públicas para debater. Esse não é um assunto pequeno, não é como discutirmos aqui se é constitucional ou não, criamos um dia para homenagear tal coisa. É inconstitucional, porque não é tarefa do Poder Legislativo criar dia de alguma coisa. Esses assuntos são importantes, mas esse assunto da súmula vinculante não é um assuntinho, não é um dia que se cria, não é uma modificação da maneira que acontece às decisões no judiciário.

Quando votamos aqui a admissibilidade, como até foi falado sobre o regimento da Casa, não tem a ver com regimento, porque admissibilidade é um dispositivo constitucional, a Constituição é que diz que, antes de votar o mérito de uma determinada matéria de emenda constitucional, eu preciso discutir se é admissível. A admissibilidade é vista por alguns critérios previstos na Constituição. Ora, uma súmula vinculante estadual afronta, no meu entender, as questões de direitos e garantias individuais previstos no art. 4º, além daquilo que é a forma federativa do estado, porque somente a União pode legislar sobre direito civil e processual civil.

Então, eu volto a insistir nessa questão, é um assunto que vou trabalhar, para que seja bem debatido aqui. Posso ser vencido, mas não vou desistir de resistir em nome daqueles que não concordam com essa tese, porque todo mundo fala em justiça célere, tem que acelerar a justiça. Evidentemente, a própria Constituição já prevê no seu art. 5º. É preciso entender que a justiça nem sempre favorece a todos, normalmente ela favorece àqueles que têm mais poder. Os mais fracos e mais frágeis às vezes precisam de uma justiça que não seja essa aí.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, alunos da escola de Blumenau, eu dizia para alguns que, como vice-presidente da comissão de Educação, Cultura e Desporto, toda semana recebemos denúncias de fechamento de escolas no estado inteiro, junção de turmas. Essa é uma situação muito delicada que demonstra a gravidade dos investimentos em educação.

Então, vamos acolher essa demanda, vamos levar à comissão de Educação, Cultura e Desporto, que tem reunião já agendada na próxima terça-feira, e vamos solicitar audiência com o secretário de Educação para tratar desse assunto.

Inclusive há um projeto de minha autoria nesta Casa que está tramitando junto com uma PEC do deputado Mauro de Nadal que coloca que, no caso de fechamento de escolas, temos que ver a justificativa da secretaria de estado, mas acima de tudo é necessário ouvir a comunidade.

E os investimentos em escolas são fundamentais. Para que tenhamos uma ideia, o ministério da Educação investiu recursos em mais de 10% das escolas estaduais. Todas as escolas novas de ensino médio receberam recursos do ministério da Educação. Então, precisamos ver porque há uma escola de ensino médio que ainda não tem sede própria. O governo poderia tranquilamente entrar com o terreno e a construção ser encaminhada ao ministério da Educação.

Então, quero trazer essa reflexão e dizer que defender educação e escola sempre é uma bandeira nobre e justa. E nós o faremos.

Mas quero também me manifestar com relação a algumas questões que inquietam muito a nossa ação como Parlamentar. Algumas vezes não sabemos o que dizer para o prefeito e a comunidade dos nossos municípios. Quero trazer aqui a situação do Fundam. Nós aprovamos em 2013 a lei e o governo federal liberou recurso para o financiamento, que vai até 2030, com juros subsidiados e prazo de carência. Eram recursos da ordem de R$ 611 milhões designados às obras que os municípios definem.

Veja bem, a lei foi aprovada, o recurso está na conta. A Casa Civil fez uma reunião, por solicitação nossa, com a presença de cinco deputados do PT, do secretário Nelson Serpa, de representante da secretaria da Fazenda para dizer quando os municípios que ainda não têm esses convênios assinados teriam os mesmos assinados. E naquela reunião foi assumido o compromisso de que até 15 de agosto estaria tudo resolvido. Até disse para alguns prefeitos: Contem com 30 de agosto.

E agora, nesta semana, os prefeitos estão ligando e dizendo: "Mas ainda não tem nada, ninguém sabe de nada e eu preciso executar as obras." Nós ligamos para a Fazenda, esta passa para a Casa Civil. Nós ligamos para a Casa Civil, esta passa para o Badesc. E não sabemos o que fazer. Então, o governo que se entenda. Os recursos já estão na conta, mas as obras não são executadas, os convênios não são firmados. O meu pai dizia que antigamente valia o bigode. Hoje, não vale o bigode, nem o papel, nem a palavra. Então, quero fazer um desabafo. O dinheiro está na conta. Aprovamos a lei aqui, mas não sai do papel.

Esse é o primeiro questionamento. O segundo questionamento que faço é com relação às cheias que atingiram os municípios no mês de julho. Os municípios, de Saudades, Maravilha e Coronel Freitas vivem situação de calamidade pública. Em Coronel Freitas, 60% dos empresários perderam quase tudo.

O governo do estado tem o programa Juro Zero, que entra com o juro e o empresário paga esse crédito num parcelamento de 36 messes, se não me falha a memória. Ninguém está pedindo nada de graça. É um programa bom, e há a necessidade de que chegue aos municípios. Nós tratamos disso desde julho. Toda semana eu ligo para o Badesc, para a Casa Civil, para a Fazenda e dizem que vai sair, mas não sei quando! Quem sabe na enchente do ano que vem!

Inclusive recebi um convite de um empresário que vai reinaugurar a sua empresa amanhã. Está fazendo no peito, com a cara e a coragem. Não veio um centavo do Juro Zero, e ele quer pagar. E trata-se da maior empresa de Coronel Freitas. E digo o que, como deputada? Não sabemos o que dizer. Será mesmo que os prefeitos e empresários vão acreditar que estamos todos os dias ligando, pedindo, fazendo audiências e implorando para quem enxergamos do governo para que de fato agilizem as coisas? Se é daqui há 15 dias, pois que digam, mas digam algo que possa honrar. Que não fiquemos enrolando ninguém porque isso é muito feio e muito ruim!

Uma terceira situação aqui a Olesc e Parajesc. Eu também não sei mais o que dizer, deputado Jean Leutprecht, técnico em Educação Física. É a Fesporte chamando o governo, é o governo dizendo que vai resolver e que vai ter, vai reduzir o recurso. Mas não sabemos. Vai ter mesmo? Vai ter quando? Qual vai ser o recurso? Todos os atletas poderão participar?

Então não dá para ser assim. Um governo parado, devagar, lento demais. Eu não sei quem é que está emperrando a decisão destas coisas. E naquilo que se decide é tipo o Samu, se decide para pior, de oito centrais para uma. As decisões que vem rápido são decisões para tirar direitos e para precarizar o serviço. Eu diria inclusive que nesse debate da descentralização, deputada Ana Paula Lima, e do Samu tem um ditado que acho que resume bem, nós concentrados os serviços e descentraliza os cargos. As SDRs nós descentralizamos, mas os serviços nós concentramos somente em Florianópolis?

Então eu quero traduzir aqui a minha indignação por essa morosidade. A morosidade com que tem se tratado o magistério catarinense. Neste ano nenhum centavo de reajuste foi garantido aos professores. Reajuste que a lei prevê 13% retroativo a janeiro. Nós já estamos encostando em janeiro do ano que vem e não foi concedido o reajuste passado. E não tem nenhuma perspectiva. A rodada de negociações com o Sinte e o governo do estado está terminando e o governo não acena nada.

A impressão que eu tenho é que ninguém lembrou o governador que o ano começou!

Nós estamos no mês de setembro governador e as enchentes que causaram danos, o Fundam que já tem dinheiro na conta, os jogos que foram cancelados, o Samu que está sendo redimensionando, está sendo pensando por quem? Esta é a primeira pergunta.

E por favor, parem de se esconder em crise e parem de se esconder no governo federal!

Se nós temos um governo do estado eleito, então ele tem que dizer que não governa e que a Presidenta da República governa. E devolva o governo. Agora, se é governo tem que governar, e tem que assumir as coisas que tem pronunciado, não dá mais para nós como deputados ficar mentindo para as pessoas que as coisas irão melhorar e que em tal data o município irá receber o recurso.

E depois nada e nada e nada vem.

Desculpem o meu desabafo, mas é porque chega uma hora que o copo enche e precisamos dizer algumas verdades.

Obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Fim das Breves Comunicações.

Passaremos agora ao Horário dos Partidos Políticos.

Com a palavra o Partido dos Trabalhadores, deputada Ana Paula Lima por até sete minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Obrigada sr. presidente, srs. deputados e também quem nos visita nesta tarde de quarta-feira.

Eu pedi licença ao meu partido para falar um pouco da minha cidade, já que hoje ela faz aniversário. Mas antes concordar com o pronunciamento da deputada Luciane Carminatti quando diz que a palavra não vale mais nada. O fio de bigode não é mesmo deputada! Não vale mais nada.

Um exemplo claro é na cidade de Blumenau. A sra. deputada que é vice-presidente da comissão de Educação. A escola que hoje está aqui a Professora Elza H.T. Pacheco, ela fica numa parte da Escola Victor Hering. E no ano passado nós acertamos com o secretário de estado e com a secretaria regional de Desenvolvimento que iriam construir mais uma sala. E foi esse o entendimento. Eles estão esperando a construção de mais uma sala naquela escola para abrigar duas escolas em um só prédio. Coisa que já deveria ter construído uma escola nova por esse tempo todo. E o secretário não cumpriu a palavra.

Mais uma vez nós vamos levar esse problema ao secretário, que não é apenas o problema de uma escola, é o problema da comunidade, de um bairro que está crescendo, que é do passado e que vai se estender para o futuro.

Então, quando eu digo que há dez anos, srs. deputados, que as secretarias de Desenvolvimento regionais não funcionam, é porque não funcionam. Lá em Blumenau não é resolvido na cidade, é resolvido aqui em Florianópolis, porque lá ninguém resolve nada. Passam os problemas para o outro.

Assim, a escola veio aqui hoje, parabéns por estar aqui, dar visibilidade a esse problema que ele transcende o bairro da Escola Agrícola, da Vila Nova, da Água Verde, onde abriga vários alunos; transcende as fronteiras da nossa cidade e, agora, está aqui na capital do estado de Santa Catarina. E, certamente, nós temos que levar para a secretaria de estado da Educação esse problema e soma também a essa luta da comissão de Educação, Cultura e Desporto desta Casa.

Mas, falo aqui da minha cidade, srs. deputados, que hoje também completa 165 anos de fundação, uma cidade construída com o trabalho do seu povo, da sua gente. Saí bem

cedinho. Hoje tem festejo na cidade. Cidade de um povo que não desiste diante de tantas dificuldades que nós superamos, sejam climáticas, na educação, de um povo que tem a marca da sua superação e é assim a história de Blumenau. Trabalho e superação!

Eu tenho orgulho de fazer parte dessa história, trabalho muito pela nossa cidade, pelo povo de Santa Catarina, mas Blumenau tem um lugar muito especial no nosso coração. Ontem mesmo, srs. deputados, eu participei de dois atos com a presença do governador do estado na cidade de Blumenau. Um referente à inauguração de uma escola, a Carlos Techentin, que fica no bairro Passo Manso, que há muito tempo aquela comunidade esperava a sua construção. E foi graças aos recursos do governo federal, do BNDES, projeto que aprovamos, nesta Casa, que foram investidos na referida escola.

Também, prestigiei a assinatura da ordem de serviço para a construção do centro de inovação de Blumenau, uma iniciativa do governo do estado, com recursos do governo federal; dos municípios do alto vale e médio vale do Itajaí juntamente com a nossa Universidade Regional de Blumenau - a Furb, para capacitação e desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas da nossa região, que inclusive tem vanguarda em procedimentos dessa natureza.

Blumenau tem recebido inúmeros, milhões de recursos do governo federal nos últimos quatro anos, somando mais ou menos R$ 40 milhões para investimentos em macrodrenagem, pavimentação, corredores de ônibus, área de saúde, área de educação e fico muito entristecida porque alguns desavisados, mal informados ou até maldosos se colocam dizendo que Blumenau não recebe recursos. Recebe muitos recursos tanto do governo do estado quanto do federal, só não recebe mais por falta às vezes de incompetência, ingerência dos governantes que estão na cidade. Por exemplo, perderam recursos da regularização fundiária, do saneamento básico, do esgoto, que nós estamos pagando uma fortuna e devolveram o dinheiro para a União, R$ 40 milhões em fundo perdido. É desta forma que nós temos feito um trabalho sistemático, todos os dias, levando recursos para a nossa cidade, mas precisa de uma gestão mais eficiente para transformar esses recursos em obras para a nossa comunidade.

Assim, eu quero homenagear a minha cidade, a nossa cidade, com pequeno vídeo que nós preparamos para dizer que Blumenau nos orgulha, mas ela precisa ser bem mais cuidada e estamos cobrando isso sistematicamente.

Solicito à assessoria que exiba o vídeo para vermos o quanto é bela a cidade de Blumenau.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Então, é isso, srs. deputados! Esta é Blumenau que todo mundo admira, que todo mundo gosta.

Sr. presidente, v.exa. também gostou do vídeo e tenho certeza de que gosta muito da nossa cidade que completa hoje 165 anos de muita coisa boa que aquela cidade, nas suas fronteiras, desenvolveu para o estado de Santa Catarina e para o Brasil.

Então, meus parabéns à minha cidade! Aqui hoje estamos com alunos, professores da cidade de Blumenau, pessoas que moram lá que vieram comemorar o aniversário desta belíssima cidade que muito nos orgulha.

Muito obrigada, sr. presidente!

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Deputada Ana Paula Lima, é uma honra poder aparteá-la. Gostaria de parabenizar pelo vídeo e pela sua fala a respeito da nossa, da minha também Blumenau. Eu nasci em Blumenau exatamente no dia 1º de setembro e Blumenau nasce no dia 2 de setembro de 1850. Também tive o prazer de conviver muito no bairro Garcia, na época, do 23º BI, da enchente. Estudei também na Escola de Educação Básica Pedro II, um pouquinho na Escola Barão, no Bom Jesus Santo Antônio.

Então, estamos aqui nos irmanando com v.exa. e com o Décio Lima que deu um "pitaco". E queria parabenizar também todos os blumenauenses, todos os que amam e escolheram esta magnífica cidade de Blumenau e dizer que estarei amanhã no lançamento de um programa junto com o prefeito num projeto, Medicamento em Casa, e esperamos que a população sinta-se cada vez mais bem atendida tanto pelo poder público quanto pela participação que é sempre um exemplo Blumenau. O voluntariado de Blumenau realmente é o que distingue Blumenau no meio tantas outras cidades.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Obrigada deputado, e mais uma vez, muito obrigada, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Só parabenizar a manifestação belíssima da deputada Ana Paula Lima, e dizer que sentimos este sentimento de pertencer à cidade.

Eu acompanhei o vídeo e fiquei muito emocionada também. Imagino que tem o coração, tem a dedicação, tem o profissionalismo.

Então, parabenizá-la, deputada, também o deputado Décio Lima e, em seus nomes, desejar muito sucesso, vida longa aos blumenauenses e parabéns pelos 165 anos de vida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Queria saudar o sr. presidente, os srs. deputados e deputadas, público que nos acompanha, os alunos e a comissão da Escola Elza Pacheco, a Fernanda e a Ana que me entregaram o documento.

Gostaria de agradecer, eu acho que tudo se resolve, este governo tem procurado ser conciliador, o próprio secretário da Educação é do município de Blumenau, acho que tem que buscar uma solução. Através do diálogo, tenho certeza que nós vamos encontrar.

Comprometo-me a encaminhar, a falar pessoalmente com o secretário, e acompanhar para que vocês tenham uma resposta concreta, e isso tudo possa ser melhorado.

Pelo que nós vimos até agora, aqui nesta tribuna, esse país está uma maravilha! Graças a Deus, Santa Catarina está.

Este país virou um país da corrupção! Vem falar de dinheiro do governo federal aqui! Um dos poucos locais que o dinheiro do governo federal é bem aplicado é em Santa Catarina. Aqui é bem aplicado! O dinheiro que vem traz resultado.

Porque o dinheiro federal vai para o José Dirceu ter uma consultoria e cobrar 40 milhões de consultoria de empresas que atendem a Petrobras. E vêm aqui criticar o governo do estado? Não posso entender isso!

Tem que ter muita disposição de, hoje, vim aqui e dizer que a Dilma, que o governo federal está certo? Para! Dizer que o governo do estado não dá atenção, que o governo do estado não sei o quê... Nós temos um estado referência, pelo amor de Deus! Vamos ter consciência!

Nós temos mostrado. O PT, acho que nunca mais vai governar o Brasil, eu espero, pelo menos. Como não voltou a governar Blumenau, Joinville, Chapecó, porque o PT gosta de administrar aqui no microfone, porque se fosse eles faziam assim, porque quem está fazendo está fazendo errado.

Aqui o PT administra bem. Agora, quando pega a caneta e vai lá administrar, aí é outra realidade. Aí as coisas são diferentes.

O secretário Antonio Gavazzoni foi consultado pelo secretário do Rio Grande do Sul sobre o que fazer. Nós temos um governador, nós temos um secretário referência em nível de Brasil. Gente que está tratando com zelo o patrimônio público, o bem dos catarinenses.

É o estado que tem a melhor remuneração da Segurança Pública, um estado que tem a Educação com mil e duzentas escolas, e quase todas reformadas ou em ação de serem reformadas. Daí vem aqui alguém dizer que quase todas as escolas do estado estão fechando, que o problema de escola é em todo estado. Disseram agora, dez minutos atrás, nesta tribuna!

Pelo amor de Deus! Vamos ter consciência! Vamos poder encarar as pessoas de frente. O governo de Santa Catarina é um governo referência, o governador Raimundo Colombo, como o secretário Antonio Gavazzoni, que hoje estava aqui, ele disse: eu posso ir em qualquer ambiente, eu posso encarar qualquer debate, porque eu tenho certeza de que o que eu estou fazendo, estou fazendo para o melhor para o nosso estado, com coerência, com responsabilidade.

O Samu, que aqui foi falado hoje, da forma que está, está errado. Tem muitos erros, tem que ajustar, está custando caro para o cidadão, não é caro para o governo, é caro para o cidadão, porque o dinheiro do cidadão está custando caro para o cidadão, e não está dando a resposta que deveria dar, que é prestar um serviço de qualidade.

Para termos ideia, o deputado Serafim Venzon, que é médico, veio aqui na tribuna e disse que várias vezes precisou do Samu e nunca foi atendido, deputado Dr. Vicente Caropreso. Sempre tinha um lá no atendimento para fazer pergunta, parecia que buscava uma justificativa para não ir. Ele como médico precisou, com urgência, transportar um paciente, como médico, não conseguia convencer, ao que fazia o atendimento, para encaminhar aquela ambulância.

Então, tem que mudar. O secretário João Paulo Kleinübing quer mudar, até estuda a possibilidade de fazer convênio com os bombeiros, que sempre atenderam bem na maioria dos municípios. Temos que melhorar o que está sendo feito em Santa Catarina, na educação é para melhorar, na saúde é para melhorar, na segurança é para melhorar.

No Rio Grande do Sul, governado pelo PT, deu um aumento para pagar até 2018. Resultado, mais uma enganação, como é a enganação em nível de governo federal. É a mesma enganação. Hoje o Brasil com um rombo de R$ 30 bilhões, ainda quer dizer que está certo. Pelo amor de Deus, vamos ter consciência. Temos que realmente ver o que está acontecendo.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Estamos aqui neste Parlamento para auxiliar. Isso que v.exa. está falando não é a mesma coisa que o governador do estado está falando, já mencionei isso. A presidente Dilma foi generosa com o estado de Santa Catarina, que v.exa. votou juntamente comigo, direcionando recursos do governo federal de R$ 600 milhões a fundo perdido.

Nós votamos aqui, acho que v.exa. leu o que votou. Foi bom para o estado de Santa Catarina. Aqui ninguém está discutindo isso, o que estamos discutindo é para melhorar, a crítica é para isso. O que queremos que não aconteça no estado de Santa Catarina é que em 2013 falando da MP, que estávamos discutindo hoje pela manhã, nós fizemos isso e o Partido dos Trabalhadores alertou que iria dar problema.

Por isso que a nossa preocupação hoje é que tire a MP e nós discutimos como projeto de lei, com diálogo. Parece que já foi acertado com o governo, teve a consciência, graças a Deus, o secretário Antonio Gavazzoni que percebeu que poderia vir mudanças. É assim que acontece, para melhorar.

Quanto à questão do Samu, v.exa. está equivocado também. Em 2011 nós decidimos que não podia terceirizar, mas o governo terceirizou. Na época pagavam R$ 3 milhões para o Samu, hoje pagamos R$ 9 milhões. Claro que não é perfeito, mas se centralizar aqui em Florianópolis vai ficar pior ainda. E se o deputado Serafim Venzon, que é médico, não conseguiu atender um paciente, precisou de outro médico, o problema é dele. E se ele quando foi chamar o Samu não foi atendido, ele deveria ter denunciado, pois tem que denunciar para melhorar o serviço, porque o povo de Santa Catarina paga muito. Mas quero falar para v.exa., com todo o respeito que tenho pela sua pessoa, que as críticas são para melhorar e o governo foi muito bom com o estado de Santa Catarina. Ontem mesmo o governador falou que em Blumenau os recursos são do governo federal. Que bom que venha, tem que vir cada vez mais para o nosso povo aqui.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Acho que a democracia sempre é um grande desafio, porque nela nós temos que aprender a conviver com o contraditório. Acho que esse é o exercício da democracia.

Em segundo lugar, eu posso falar com muita tranquilidade sobre corrupção, porque eu não tenho nenhum processo na minha vida. E olha que já participei de cinco eleições e quatro mandatos. Não tenho, por isso falo de cabeça erguida. Agora se for para falar de corrupção, vamos falar da denúncia da Petrobras que apareceu os R$ 10 milhões do Aécio Neves, que recebeu de Furnas. Vamos falar do José Roberto Arruda, do Distrito Federal, vamos falar do Banco Marka, do Banestado, vamos falar do metrô de São Paulo, vamos longe.

Acho que tem que se falar de todos, não só dos da cor vermelha. E eu topo fazer esse debate. Mas não posso aceitar que nós não possamos fazer crítica. Fui vereadora em Chapecó da situação e da oposição. Fiz o meu prefeito, sendo líder da bancada do PT, retirar um projeto da Câmara de Vereadores. Disse-lhe: "Tenho princípios! Se v.exa. continuar vou votar contra". Os nossos mandatos e os governos são todos passageiros. Devemos ter princípios para defender ou perdemos a moral. Procuro defender princípios, não é porque estou na oposição hoje. Procuro manter a coerência. E, se for para falar do governo federal, vejamos quais os partidos que estão no governo hoje? PT, PMDB, PSD, que tem ministério. Então, vamos devagar porque o santo é de barro. Se não está tão bom o governo federal, poderiam sair e deixar só a presidenta, então. Agora, se estamos no governo, temos que assumir.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Deputada, com todo respeito, aceito as críticas, mas não aceito o governo federal cortar o Fies dos estudantes, mentir que não há mais dinheiro, porque gastou de forma equivocada. Daí, vêm aqui dizer que as escolas de Santa Catarina - e a educação de Santa Catarina é um exemplo - estão todas fechando. Com o governo federal cortando o Fies, pagando menos de R$ 10,00 por uma consulta para o SUS, que está levando todos os hospitais filantrópicos e até públicos à quebradeira, vêm à tribuna dizer que são referência. Não posso aceitar isso quando temos um governador e um secretário que são referências em administração pública em nível de estado e do Brasil. Santa Catarina é um estado com as finanças mais equilibradas do país. Então, respeito às manifestações, mas estou colocando a outra parte. Tanto aceito a democracia, que ouvi e estou contrapondo, e quem está ouvindo que julgue.

Hoje o prefeito Cesar Souza está dando um exemplo do que é preocupar-se com o país, com a situação que o PT deixou. O prefeito reduz o próprio salário e dos secretários. O prefeito Cesar Souza está adotando políticas necessárias para acompanhar a dificuldade na economia. Apenas com a redução do seu salário de R$ 22.000,00 para R$ 16.000,00 e dos secretários de R$ 14.000,00 para R$ 13.000,00, ele consegue quase R$ 500.000,00 por ano. Ele quer fazer um ajuste de redução de R$ 100 milhões no ano.

Isso é administrar. Isso é o que o Antonio Gavazzoni está fazendo como secretário da Fazenda, é o que o governador Raimundo Colombo está fazendo. Quando pode dar, ele dá. Quando não pode, ele segura. As verbas do Fundam em Santa Catarina chegaram ao destino para beneficiar a população. E não é o que acontece na União.

Então, quero fazer o registro, dentro da democracia, de que a Educação neste estado é referência, que o secretário da Educação está procurando a melhor saída. E irá encontrar a solução para aquela escola de Blumenau. Trata-se de um problema dentre as 1.200 escolas do estado. Santa Catarina é, sim, um estado referência no país.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda no horário pertencente aos partidos políticos, com a palavra o Bloco Social Progressista.

Com a palavra o deputado líder do governo Silvio Dreveck que tem o tempo de até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Consentido deputado jaraguaense, nascido em Blumenau Dr. Vicente Caropreso. Sr. presidente vou dividir o horário, chegar em seis minutos v.exa. me informe por favor.

Ouvindo atentamente o debate da discussão no dia de hoje que começou aqui pela manhã, deputado Valmir Comin, com a audiência pública que nós tivemos da Segurança. Ouvindo as entidades, o governo, os parlamentares, não tenho dúvida que todos puderam argumentar ou justificar seus pleitos de um lado, e de outro lado apresentando aqui também o que o governo realizou nesses últimos quatro anos em favor da segurança. E não há dúvida que houve um grande avanço no que diz respeito à remuneração dos servidores da Segurança Pública.

Ao mesmo tempo alguns pleitos que são reivindicados pelas classes da segurança que não possam ser revistos desde que haja espaço por parte do governo. Quero crer que foi uma reunião com inteligência, com respeito de ambas as partes, portanto, nós devemos evoluir para concluir no seu devido tempo este assunto da segurança. Vale lembrar que pudemos e tivemos a oportunidade de ver também a evolução na tabela salarial. E quero crer que dificilmente veremos isso em outros estados.

Mas também tivemos a oportunidade de ter a percepção no mínimo, para não dizer outra coisa, do desafio que nós como parlamentares do desafio que o governo terá pela frente, vale para Santa Catarina, para outros estados e para a União em especial. Ou seja, é preciso diminuir o tamanho do estado para reduzir despesas de custeio, despesas decorrentes e espaço para investimentos que é a grande reivindicação da população brasileira, manifestada por várias vezes e iniciada lá em 2013. Posso ser repetitivo, mas vale lembrar que nesse quesito dos serviços públicos não houve avanço principalmente na esfera federal, nem por parte do Executivo ou do Congresso Nacional. Reformas, apenas discursos, o que é muito fácil de fazer como eu dizia hoje de manhã.

Agora nós, do estado de Santa Catarina tivemos a oportunidade de ver que situação gravíssima, sr. presidente, é a questão previdenciária. A segurança, por exemplo, que foi apresentada hoje. Nós temos um déficit de R$ 1,200 bilhão para pagar os aposentados, ou seja, se arrecada aproximadamente R$ 190 milhões e se paga quase R$ 1,400 bilhão. E não é o governo que está pagando, quem está pagando é a população, é o povo catarinense com seus impostos.

Chegou a hora de nós termos a responsabilidade de assumirmos e enfrentarmos esses desafios para dar segurança, primeiro para o próprio servidor para que no dia de amanhã a sua família tenha sustento, uma vez que será aposentado e que tenha a garantia que a previdência dê a sustentabilidade de fazer os pagamentos futuros. Se não fizer algo, vai chegar a um determinado período em que não vai haver mais condições de espaço pela Lei de Responsabilidade fiscal, porque chega ao limite e também não tem mais espaço para aumentar impostos. Não há espaço, a população não aceita mais. Nós temos que fazer o inverso, praticar o gesto verdadeiro e concreto e enfrentar os desafios que a população exige de nós como parlamentares e também por parte do Executivo.

Deputado Dr. Vicente Caropreso, v.exa. pode se dirigir a esta tribuna, que eu agradeço a oportunidade do espaço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do tempo destinado ao Bloco Social Progressista PSDB/PP, com a palavra o deputado Dr. Vicente Caropreso pelo tempo restante.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck por compartilhar esse momento do Bloco Social Progressista.

Sr. presidente, srs. parlamentares. No meio dessa grande discussão democrática que surgiu aqui na Assembleia Legislativa há poucos minutos a respeito de quem tem a responsabilidade de resolver a situação atual do país, eu passo a proferir alguns conceitos que gostaria de compartilhar com a TVAL, pelos ouvintes da Rádio Alesc Digital e aqui também.

(Passa ler.)

"O disparate do desrespeito À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.

Sra. e srs. parlamentares, vivemos um momento crucial da vida política brasileira. É hora de começarmos a prestar mais atenção nos detalhes dos fatos que vem se repetindo em nosso dia a dia. Se não vejamos:

1. Em 2014 quando o Governo Federal aumentou a participação no Fies de R$ 5 para R$ 12 bilhões, o governo já sabia que não poderia honrar o compromisso, mas o fez, pois era importante naquela época impressionar o eleitor, principalmente os mais necessitados e os que decidem as eleições e decidiram a eleição, para poder obter mais chances de vitória;

2. O governo estimou um superávit fiscal de R$ 80 bilhões para 2014, em agosto, antes das eleições, mas após o resultado favorável de outubro, misteriosamente a previsão passou para déficit em 2014 de R$ 20 bilhões para 2014. Um errinho de 100 bilhões de reais, apenas!

Isto tudo está sendo avaliado na comissão de Assuntos Econômicos, do Senado, através da vinda da procuradoria do Ministério Público do TCU, através do sr. Júlio Marcelo de Oliveira.

O que está na realidade sendo dissecado, cirurgicamente, desculpe o termo, são as famosas "Pedaladas Fiscais", um método surreal, que se ficar impune, deixará a marca registrada dos atuais governantes, como assim podemos dizer, 'engane a LEI que isto não vai dar em nada'.

O nosso país, portanto, vive estes dias entre a cruz e a espada. De um lado se o TCU decidir pela ilegalidade, estará desmascarada a FARSA, QUE INFLUENCIOU DECISIVAMENTE NA MENTE DE MILHARES DE ELEITORES BRASILEIROS, que acreditaram que o Brasil estava no caminho certo e que depositaram o voto de confiança, mantendo por mais quatro anos o atual governo federal.

As consequências todos nós sabemos, será a rejeição das contas da Presidenta, que terá que se explicar e talvez perder o cargo.

Mas se esta situação for aceita como normal, abrirá um precedente perigosíssimo, doravante, outorgando todos os níveis de poder a procederem da mesma forma. Ou seja, se um prefeito, ou um governador quiser provar que as finanças de seus governos estão bem em épocas eleitorais, poderá lançar despesas independentemente de terem o caixa ou a provisão para isto, e que se lasque o contribuinte, que vai pagar com o aumento de impostos, desemprego, aumento descontrolado da inflação e perda da credibilidade. Estas as consequências que nós estamos vendo hoje.

É a grande banana do momento a ser descascada pelas altas cortes brasileiras, ou admitem o grave erro cometido, ou transformam este comportamento em jurisprudência.

Não comentamos acima, mas é bom que Santa Catarina fique alerta, que várias empresas nossas estão em graves dificuldades para o pagamento dos impostos, salários e para os seus fornecedores, instalando assim uma cadeia perversa na contramão do desenvolvimento e bem-estar social, afundando investidores em empresas, outrora sadias, e atingindo em cheio, o cidadão mais pobre, que mais depende da estabilidade da moeda, que trabalha de dia para ter o que comer de noite.

É hora, portanto, também de saber quem são as forças políticas que se agregam a esta situação terrível contra o país, e os que estão indignados querendo justiça e, sobretudo, querendo que seus negócios andem bem e que as famílias, principalmente as mais pobres, não passem fome e necessidades porque alguns governantes na ânsia de se manterem no poder fizeram o que bem entenderam com o dinheiro público.

É hora também, de as pessoas que mais gritam e esperneiam nas redes sociais, em passeatas, participem da política, e que se juntem a forças que combatam este tipo de comportamento contra o Brasil. É hora dos bacanas do *face*, mostrarem a cara e a coragem de varrer a velha política dos conchavos que se agrega a este

tipo de gente para também se beneficiar com cargos, propina e informações privilegiadas .

Eu estarei postando, doravante, nos próximos dias, em minha rede social, um apelo à participação, sobretudo, dos jovens na política, porque eles poderão com essa cara nova contribuir a esta nova fase do Brasil, do país das grandes transformações, das grandes oportunidades, mas, sobretudo, do respeito à ordem instituída."

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação do deputado Dr. Vicente Caropreso.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Inicialmente, com a palavra o sr. deputado Dalmo Claro, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO DALMO CLARO - Boa-tarde, sr. presidente, srs. deputados, estou nesta Casa há sete meses e quero aqui deixar bem claro que temos um ambiente de convivência, de relacionamento entre os deputados, digno de nota pelo respeito e educação. Mas isso não pode impedir ou dificultar o bom debate, o levantamento das questões e a discordância mesmo entre pessoas amigas e de boa convivência.

Vou tocar num assunto aqui e sei que existem opiniões bastante diversas entre os vários partidos, inclusive os que compõem a base do governo, os que estão em oposição do governo que é a questão do Samu.

Sou obrigado a voltar a esse assunto que já falamos ontem. Tivemos uma audiência pública anteontem, mas temos que relatar alguns fatos e discutir à luz de alguns fatos reais e de situações reais anteriores e atuais.

Eu sou médico, estou formado há 37 anos. Tenho 60 anos, experiência de vida e de Brasil. Lembro-me de quando era guri, morei algum tempo em Florianópolis, meu pai era funcionário público, poucas pessoas tinham carro, existiam pouquíssimos locais de atendimento às pessoas, poucos hospitais e existia o Sandu, Serviço de Atendimento Domiciliar de Urgência.

A maioria aqui, inclusive, dos deputados, talvez nem tivesse nascido ainda nesta época, mas o Sandu, o deputado Dr. Vicente Caropreso lembra, também, era um serviço importante. E no início do governo militar ele foi extinto, e fez falta isso para a população.

Lembro-me posteriormente, já nos fins dos anos 70, nos anos 80, atuando em pronto socorro, que as pessoas tinham uma enorme dificuldade de ir ao Pronto Socorro levando aquele seu familiar doente. As pessoas padeciam em casa e vinham a falecer, inclusive, em casa.

Nós víamos as pessoas chegando no Pronto Socorro, quando podiam de táxi, ou com um carro precário, às vezes um vizinho trazia ou vinha de bicicleta para se consultar.

Com isso quero dizer que a vinda, a criação do Samu, há alguns anos, foi um avanço do qual não se imagina hoje abrir mão, de ter esse serviço de atendimento médico de urgência, que é um serviço que faz o atendimento domiciliar, e faz a remoção também.

Isto posto, quero dizer que assumi, milito na Saúde, como digo para vocês, seis anos de curso e 37 de formado, são 43 anos de experiência aqui, a maior parte em Santa Catarina, fora três anos que fiz de especialização e dois anos trabalhando no interior do Paraná, mas em regiões muito próximas a nossa, acumulei um experiência, uma vivência e uma história que tem que ser rememorada pela importância que tem.

Pois bem, quando assumi a secretaria de estado da Saúde, em janeiro de 2011, qual a realidade que nós tínhamos naquele ano? Vamos estabelecer aqui o ano todo de 2011. Queixas quase que diárias nos meios de comunicação, televisão, rádio, jornais, por falta de atendimento adequado do Samu. Talvez muitos já não lembrem mais disso.

Não tem médico, a ambulância está quebrada, não tem ambulância, não tem socorrista, tem médico e não tem motorista, isso era o nosso dia a dia na secretaria. E se nós resgatarmos dos órgãos de imprensa reportagens da época, vamos verificar isso.

Mas, uma obrigação do governo do estado de não mais contratar temporários para o Samu, isso na Justiça do Trabalho, já na segunda instância. E a dificuldade de se contratar, de qualquer maneira, pessoas, de fazer concurso.

Mais uma coisa, eu sou médico, nós temos aqui na Assembleia mais quatro deputados médicos, todos sabem que um médico que entra num serviço de emergência, pouquíssimos são os que têm aptidão, gosto, vocação e saúde para suportar o serviço de emergência por 25, 30 ou 35 anos de trabalho. Em pronto socorro, quanto mais em ambulâncias!

Vocês sabem como é o trabalho do resgate do Samu? Quando precisa ir ao Morro da Caixa, a ambulância não sobe, então, sobe com maca, desce com maca nas costas. E quem é que desce com maca das costas descendo com o paciente? É o motorista, o enfermeiro e o médico, porque é o que tem.

Então, são situações de recolher pessoas na rua, muitas das vezes com fraturas expostas, com o cérebro esfacelado, e isso são situações comuns de *stress*.

Ameaças, chamadas para o Samu em que o médico é rendido com revólver e assaltado. O que eu quero dizer com isso? Que dificilmente nós vamos ter concursados para o Samu, na quantidade necessária, que eram mais de 400, aqui em Santa Catarina, e deve ser isso ainda, que aceite ficar lá por 25, 30 ou 35 anos.

Após o concurso e o chamamento, sabe o que acontecerá, como acontece e eu vi isso na secretaria com médicos em outros setores da Saúde, muito menos atribulados no seu trabalho, de se encostar num deputado da sua região e pedir interferência para ser transferido para SDR, para o IML, para um hospital outro da sua cidade, ou a um serviço de auditoria na regional de Saúde, muito mais tranquilo, e não ficam no serviço de emergência. Não ficam sequer num hospital, às vezes.

Com toda essa realidade, o que nós tínhamos, o governo do estado ainda também, e aí nós temos que nos render ao Conselho Gestor, e eles têm os seus motivos, não podiam contratar mais mil ou novecentos e cinquenta pessoas para o Samu, para preencher o serviço, que era mil e cem o total de servidores necessários.

O que aconteceu? A solução nossa foi terceirizar o serviço. Os médicos que atendem, e volto a dizer, eles são 40% da força de trabalho do Samu, que atendem as unidades de suporte avançado, a maioria que trabalha com o Samu são residentes que durante certo período tem saúde, idade e disposição para fazer isso.

Médicos do Exército e da Polícia, que por um tempo tem saúde e disposição para isso, e médicos outros que transitoriamente estão precisando, por conta de início de carreira, alguma coisa, trabalhar. Esses médicos trabalham de forma temporária, não vão se submeter a concurso e nem tem condições de fazer concurso ou de esperar concurso. A substituição de um médico e de uma enfermeira no serviço do Samu tem que ser de imediata, em dois, três, cinco dias e não esperar um concurso para se efetivar, ser chamado e até concursar em seis meses ou um ano.

Daí que foi feita a terceirização do serviço de central de regulação e do atendimento, propriamente dito, das ambulâncias que fizemos no ano de 2012. A alegação dos números é o seguinte: o primeiro número que se fala é que se gastava R$ 3 milhões com o Samu em 2012, na verdade era R$ 3.300 milhões com cerca de 620 servidores. Só que essa era a folha nominal. Vocês sabem o que é folha nominal? O salário é R$ 10 mil, conta assim, mas tem a previdência, que o estado paga, provisão do décimo terceiro, provisão de férias. Quando vi aquele número mandei levantar adequadamente e o custo já ia para R$ 4.500, se fosse contratado os 1.100, que precisava, esse custo ia para R$6.700, só de folha de pagamento, com encargos e provisões.

Vejam os srs. que não estava contado ali todo o serviço administrativo, que era feito pela própria secretaria, serviço gerais de manutenção, conserto de ambulâncias, que do começo de dezembro de 2011 até o início de fevereiro de 2012 não tivemos no estado esse serviço, porque a máquina fecha e no contrato não estava aberto para consertar. Então, não se têm ambulância para fazer transportes. E o terceirizado faz esse conserto imediatamente. Isso tem que ser lembrado. Hoje não tem ambulância parada, porque a SPDM tem agilidade de ir lá e mandar consertar. Nós ficamos 45 dias entre o final de 2011 e o início de concertos de ambulâncias. Hoje as ambulâncias têm seguro não foram um, nem duas ambulâncias do Samu que foram acidentadas. Canoinhas foi um caso desse, que em menos de 30 dias deu perda total em uma ambulância. Hoje está incluído naquele preço o custo do seguro das ambulâncias.

Então, o custo, quando nós contratamos, foi para cerca de R$ 7.500 mil. Por quê? Era essa folha estimada de cerca de R$ 6.700 mil, mais custo de manutenção, mais gasolina, mais gasolina, custo telefônico, aluguel e manutenção das sedes, que eram precárias e foram melhoradas, o seguro dos veículos e mais uma central que foi agregada, que é a central de Caçador. Por isso que o custo, que dizem que era de R$ 3.500 milhões/mês e não era, o real era mais de R$ 5 milhões, para 620 pessoas, passou com 1.100 pessoas para R$ 7.600 milhões, que era o que custava na época. Não tem milagre.

Como foi dito aqui na audiência pública que dá para fazer através de consórcio, o que hoje custa R$ 8 milhões, dá para fazer por R$ 6 milhões. Ora, se não vão reduzir motorista, médico, enfermeira, os salários dessas pessoas, como é que vão reduzir um custo onde 80% já é folha e não será reduzida a folha? Como é que se reduz 40% nesse custo total? É questão de matemática.

Então, quero que me digam da próxima vez, que custou isso, custava aquilo com números. Tragam aqui quantas são as pessoas, quanto é o salário, quanto custa e diga. Senão, fica repetindo-se, a exaustão, esse negócio que custava R$ 3 milhões e hoje custam R$ 9 milhões. E isso não é verdadeiro.

Quanto a central de regulação que hoje tem oito bases e vai virar uma, eu quero dar o crédito ao governo do estado e a secretaria de fazer o que eles estão dizendo que vão fazer com a mesma qualidade. Talvez seja possível. O que eu quero dizer para v.exas. é que todo o norte e nordeste de Santa Catarina a regulação é feita em Joinville. O técnico em atendimento de regulação médica, que em outros estados é também chamado de telefonista, é de Joinville, talvez tenha vindo de Criciúma ou do Paraná, e faz a regulação de São Bento do Sul, Mafra, Jaraguá do Sul, Canoinhas, Porto União. Eu duvido que ele conheça as ruas e o trânsito dessas cidades. É questão de dar condição de comunicação, linha telefônica e número de pessoas adequado para fazer o atendimento adequado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Ainda dentro do tempo destinado ao PMDB, com a palavra o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente e srs. deputados, o jornalista Moacir Pereira fez uma matéria, no dia de hoje, que precisa ser considerada.

(Passa a ler.)

"Procurador Rodrigo Janot admite erro na investigação sobre o senador Luiz Henrique da Silveira.

A audiência da comissão de Constituição e Justiça do Senado com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que resultou na aprovação de seu nome para novo mandato, teve duração de dez horas. E trouxe uma revelação que resgata um episódio marcante e triste nos últimos dias de mandato do senador Luiz Henrique da Silveira.

No dia 31 de março de 2015, quando brincava com os netos, em seu apartamento, o senador foi surpreendido com uma notícia no *Jornal Nacional*. A Procuradoria-Geral da República abrirá investigação contra ele, sobre suposta advocacia em favor de uma empregada de emissora de rádio de Araranguá, tentando furar a fila de transplante do SUS. A denúncia partira do Ministério Público Estadual e, por se tratar de senador com foro privilegiado, foi enviada ao Ministério Público Federal, em Brasília.

Luiz Henrique reagiu perplexo e indignado. Não tinha qualquer informação sobre o fato. Acionou a assessoria, juntou vários documentos e sete dias depois, indignado, assumiu a tribuna do Senado para relatar o ocorrido e provar inocência. Teve apartes de 19 senadores, em longas declarações de irrestrita solidariedade durante mais de três horas.

Na realidade, o diretor da rádio, ansioso pelo atendimento da funcionária, anunciou em

ambiente público que iria recorrer ao senador. O tal pedido nem existiu. Além disso, a funcionária não queria transplante. Tinha crise renal e acabou atendida em hospital particular de Meleiro. Na sabatina do Senado, o Procurador Rodrigo Janot, reconheceu que o senador Luiz Henrique sofrera grave injustiça. Indagado pelo senador José Medeiros (PPS-MT) admitiu: 'Houve uma falha do serviço. No nosso serviço constava que essa comunicação tinha sido entregue. Mas, na verdade, não tinha sido entregue (...) O senador Luiz Henrique esteve depois comigo. Tivemos uma longa conversa de duas horas na Procuradoria. Uma conversa franca, aberta, agradável. Ele saiu de lá feliz com as informações que eu tinha passado. Infelizmente, veio a ocorrer o óbito alguns dias depois'.

Informada pelo telefone do depoimento do procurador-geral Rodrigo Janot, pelo chefe de gabinete de Luiz Henrique e agora de Dalirio Beber, Euclides Siqueira, a viúva dona Ivete Appel Silveira se emocionou. Só ela sabia o quanto Luiz Henrique sofreu com uma notícia de fato inexistente. Que não cabia sequer a uma rádio do interior e ganhou destaque no *Jornal Nacional*."

Então essas injustiças que acontecem na vida pública é que machucam os políticos de bem.

Esse homem trabalhador, digno, honrado recebeu uma denúncia que ele não sabia da existência. Quer dizer, acabou não tendo fato nenhum. Nós fomos em Araranguá procuramos o dono da rádio para dizer que nada houve, o Luiz Henrique da Silveira não interferiu e nem teve transplante. Inventaram uma coisa para o caso de uma denúncia vazia que teve crédito para chegar ao *Jornal Nacional*. Então agora não adianta reclamar que ele é inocente. Quem vai levar esse papel lá pra ele? Só que foi uma justiça que tem que deixar marcado. Era um homem de bem, um homem honrado e homem de bem e honrado nós temos que marcar! Marcar pela linha, pelo trabalho, pela ética e pelo profissionalismo que ele tinha. Amigo de todos, amigo de Santa Catarina.

Perdemos esse grande líder, mas deixou muita marca e muita história.

Obrigado sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado João Amin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Gostaria de dar as boas-vindas ao nosso amigo de Içara, o vereador Osmar Manoel dos Santos, do PP que se encontra aqui na Assembleia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

A comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos seguintes ofícios n.s: 0043/2015; 0125/2015; 0132/2015, 0193/2015, 0197/2015; 0208/2015; 0222/2015; 0231/2015; 0252/2015; 0268/2015; 0270/2015; 0320/2015; 0331/2015; 0335/2015; 0337/2015; 0346/2015; 0348/2015; 0400/2015; 0402/2015; 0418/2015 e 0420/2015.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0342/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0343/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0265/2015, de origem governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Quero agradecer todos os parlamentares desta Casa em nome da deputada Dirce Heiderscheidt, da deputada Luciane Carminatti e da deputada Ada De Luca também, a bancada feminina desta Casa que muito se empenhou para que os srs. pudessem aprovar essa matéria, tanto na comissão de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e também na Trabalho e Administração Pública, esta cessão deste terreno para construção da Casa da Mulher Brasileira que acontece em todas as capitais do nosso país. Nós seremos a terceira capital a construir esta Casa que é um programa do governo federal que faz parte das políticas públicas do governo da nossa presidenta Dilma Rousseff que tem investido no combate à violência contra as mulheres. Então, gostaria de agradecer aos srs. que votaram na comissão e que certamente irão votar favorável neste momento no plenário para darmos continuidade, deputada Dirce Heiderscheidt e deputada Luciane Carminatti, à construção desta casa que vai atender as mulheres catarinenses.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO Silvio Dreveck - Apenas gostaria de registrar e agradecer também a sensibilidade do governador João Raimundo Colombo por enviar a esta Casa este projeto que tem todo um apelo, principalmente feminino, que o governador entendeu que era importante. Por isso, queria fazer este registro sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0334/2015, de procedência da Mesa Diretora, que consolida as leis que dispõe sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Trata-se da primeira consolidação de leis, fruto de estudo feito pela Universidade Federal. Tramitou nas comissões e agora consolida o trabalho que está sendo capitaneado pelo deputado Fernando Coruja e pelo deputado Aldo Schneider.

Em discussão.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o sr. deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, acho que essa iniciativa que v.exa. tomou quando conduziu esta Casa - não sei se foi no primeiro ou no segundo biênio -, deu continuidade agora a uma iniciativa importante.

A Constituição Federal prevê a consolidação das leis. A Lei Complementar Federal n. 0098/95 prevê que essa lei exista. É uma tarefa muito difícil porque consolidar leis não significa reuni-las, mas mostrar aquelas que foram revogadas ou não, que foram recepcionadas pela Constituição Federal de 88, e há muita dificuldade do ponto de vista jurídico.

Mas o presidente deu continuidade ao trabalho, depois de a universidade fazer um trabalho preliminar, e pediu ao deputado Aldo Schneider que coordenasse uma comissão aqui para fazer esse trabalho. Eu tive a honra de participar junto com o deputado Aldo Schneider, e é um trabalho que vai ter continuidade. Ele chamou a assessoria da Casa e a outras pessoas que aqui temos que agradecer pelo trabalho que fizeram. E foi possível dar um pontapé inicial ao trabalho.

Então, aqui temos alguns projetos, mais a consolidação de algumas leis materiais que denominam determinados órgãos, entidades e, também, leis que declaram de utilidade pública. A tarefa mais difícil ainda está por vir.

Mas é uma iniciativa importante, e a Assembleia Legislativa de Santa Catarina é a primeira a fazer isso, a dar este pontapé inicial e nós temos a convicção, com o apoio que o presidente está dando, e ele quer fazer essa tarefa, vamos conseguir fazer, na continuidade, um trabalho muito bom e a Assembleia de Santa Catarina vai ter o orgulho do trabalho que aqui foi e será feito.

Eu quero aproveitar para cumprimentar o presidente por essa iniciativa, agradecer a oportunidade de estar trabalhando com o deputado Aldo Schneider nessa tarefa e pedir, evidentemente, o apoio aos companheiros aqui para a aprovação desses projetos iniciais de consolidação.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Antes de passar a palavra ao deputado Aldo Schneider, eu quero primeiramente agradecer o esforço do deputado Fernando Coruja e do deputado Aldo Schneider especialmente, que preside a comissão. Eu sinceramente acredito que esse trabalho seja um dos mais importantes que nós teremos nesta Legislatura. Levará ainda mais de um ano para ser concluído, com muito esforço dos membros da comissão e também com muita compreensão das comissões técnicas.

E se logramos êxito, teremos, quem sabe, na metade do ano que vem, mais tardar no final do ano que vem, uma consolidação completa que, a partir disso, todos os anos seria apenas atualizada. Seremos, se conseguirmos esse intento, o único estado do Brasil a fazê-lo. Tenho convicção, pela condição do deputado Aldo Schneider e deputado Fernando Coruja, que nós vamos ter muito sucesso nessa missão.

Muito obrigado, deputado Fernando Coruja.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, quero incorporar o meu discurso e agradecimento à comissão de Constituição e Justiça, na pessoa do deputado Mauro de Nadal, que rapidamente votou essa proposta a fim de dar celeridade para que, hoje, estivesse aqui em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Também agradeço ao deputado Mauro de Nadal, que foi fundamental para que tenhamos a sequência dos temas.

O Sr. Deputado João Amin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Muito obrigado, sr. presidente. O deputado Aldo Schneider esteve ontem na CCJ fazendo uma bela apresentação aos membros da referida comissão, e na oportunidade o deputado Mauro de Nadal relatava todos os projetos juntamente com o dr. Neroci, da equipe técnica da Casa, juntamente com o núcleo de assistência jurídica da Universidade Federal de Santa Catarina.

Então, gostaria de parabenizar os colegas deputados por esse primeiro passo, por essa primeira etapa. Parece-me que 49% leis foram analisadas. Quero desejar sucesso aos deputados Aldo Schneider, Fernando Coruja e Marcos Vieira, que com certeza foram os deputados muito bem escolhidos para participar dessa produção da Assembleia Legislativa.

Parabéns!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, para discutir, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DPEUTADO ALDO SCHNEIDER - Muito obrigado, sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados.

Eu quero aqui de uma forma muito respeitosa, cumprimentar, inicialmente, todos os servidores da Assembleia Legislativa, na pessoa do dr. Neroci, do dr. Paulo Júnior; da Tulia, da Carla e de tantos outros companheiros e funcionários desta Casa, que acreditaram nessa proposta, deputado Gelson Merisio, de v.exa., de transformarmos em realidade aquilo que a Constituição Federal prevê e aquilo que a

Constituição do estado também, mas que, como tantos artigos inseridos na nossa Carta Magna, eles são desconsiderados.

Ao ser constituída essa comissão, presidida por mim, e pelos deputados Fernando Coruja e Marcos Vieira, procurou-se auxílio, inicialmente, nos servidores da Assembleia Legislativa e, a partir disso, fomos buscar, na Universidade Federal de Santa Catarina, através de um trabalho contratado por v.exa. quando da gestão anterior como Presidente da Assembleia, resgatarmos aquele trabalho, uma parte daquela equipe e começarmos a fazer os comparativos do trabalho da universidade com que cada lei efetivamente dizia.

Então quero, neste momento, trazer a plenário 49% deste trabalho concretizado e realizado. E dizer que este trabalho foi executado por muitas mãos, o mérito é de muitas pessoas, mas o que mais importa é que nós estamos cumprindo o nosso compromisso. E, de acordo com o art. 48: "De quatro em quatro anos, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, como as demais Assembleias do país, têm que consolidar as leis".

Nós começamos a consolidação a partir do ano de 1947 até 31 de dezembro de 2014. Com esta primeira etapa, criamos, juntamente com a equipe da universidade, mas basicamente com a equipe da Assembleia Legislativa, a metodologia de como fazer efetivamente esta consolidação, porque consolidação não significa compilar, não significa juntar um amontoado de leis num capítulo semelhante e dizer que está consolidado. É muito mais profundo o termo consolidação.

Então, quero, sr. presidente, pedir o apoio de todos os nossos colegas deputados. Concordo com v.exa. quando disse que dentre tantos trabalhos que faremos nesta legislatura - deputado Mauro de Nadal, v.exa. que ontem colocou à apreciação da comissão de Constituição e Justiça este trabalho - com certeza, este será um trabalho considerado pelo povo catarinense e brasileiro, até porque nós estamos tendo coragem, neste momento, para enfrentarmos aquilo que já deveríamos ter feito.

E para dar sequência ao nosso trabalho, ontem, à tarde, tivemos uma reunião de planejamento. Já fixamos um cronograma, srs. deputados, sras. deputadas, sr. presidente, de que no transcorrer deste segundo semestre em curso, vamos apresentar algo em torno de 20% das leis que nos faltam. O restante, até no final primeiro semestre do ano que vem, haveremos de votar a consolidação completa de todas as leis de Santa Catarina. Evidentemente, neste momento teremos que ter mais cuidados porque vamos entrar em temas complexos. Vou citar um exemplo: a questão tributária de Santa Catarina, uma vez que existem muitas leis que falam da questão tributária.

Então, temos que nos amparar de técnicos altamente qualificados, também da secretaria de estado da Fazenda, para não errarmos neste que será um grande trabalho realizado pela Assembleia Legislativa.

Para finalizar, gostaria de dizer muito obrigado a todos indistintamente. E acredito que este trabalho está sendo realizado pela força, determinação e vontade de muitas pessoas. Este mérito não é meu, é nosso, é o mérito da Assembleia Legislativa, dos srs. deputados, das sras. deputadas que compõem esta legislatura de 2014/2018.

Muito obrigado pela compreensão. O cronograma está fixado e, ao término do primeiro semestre de 2016, haveremos de estar com todo este trabalho realizado para aí, sim, deputado Fernando Coruja, podermos bradar em alto e bom som para todo o Brasil que fizemos o dever de casa, que é cumprir a Constituição Estadual, por meio do art. 48, fazendo com que a consolidação deixe de ser uma utopia e torne-se, efetivamente, um trabalho bem realizado para que a sociedade catarinense e brasileira tenha facilidade ao pesquisar as leis existentes no estado de Santa Catarina a partir do ano de 1947.

Conto com o voto de cada um dos srs. deputados e sras. deputadas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider.

Apenas para conhecimento dos deputados de como surgiu essa iniciativa de convidarmos a Universidade Federal para participar desse processo.

Ainda no primeiro ou no segundo mandato, lá em 2010, portanto, eu estava descendo para fazer a Ordem do Dia, e um estagiário da Casa, que fazia estágio na área de Direito, aqui no começo do corredor, disse-me que estávamos votando no segundo turno uma lei de iniciativa do deputado Jorginho Mello, que alterava uma lei específica, e que estava revogada.

Nós já tínhamos votado em primeiro turno, íamos votar o segundo de uma lei que tinha sido revogada em 1985, dado o volume de leis que temos e a dificuldade de busca. Aí surgiu a ideia de uma sistematização, desta consolidação, que é trabalhosa e demorada, mas que hoje demos passos consistentes.

Por isso, quero, mais uma vez, cumprimentar todas as comissões, dizer que esse é um trabalho da Casa e que, para ter sequência depende do envolvimento de todas as comissões e dos servidores. Acho que nós demos um passo muito importante, hoje, nesta direção.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0335/2015, de procedência da Mesa Diretora, que consolida as leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0336/2015, de procedência da Mesa Diretora, que convalida as leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito de estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0337/2015, de procedência da Mesa Diretora, que consolida as leis que dispõem sobre a concessão de Título de Cidadão Catarinense no âmbito do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0338/2015, de procedência da Mesa Diretora, que consolida as leis que conferem denominação adjetiva aos municípios catarinenses.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0193/2015, de autoria do deputado Mário Marcondes, que declara de utilidade pública a Associação Paz em Cristo, de Palhoça.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0311/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública a Cruz Vermelha Brasileira, filial do município de Navegantes, de Navegantes.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição de Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0027/2015, de procedência da Mesa Diretora, que dispõe sobre a revogação das leis e dispositivos das leis estaduais declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJSC).

Trata-se de leis aprovadas, que foram declaradas inconstitucionais, mas constam do nosso arcabouço jurídico, e por isso a sua revogação.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Gostaria de registrar a presença do vereador progressista e içarence, o Mazinho, e o seu assessor parlamentar, o Veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CLEITON SALVARO	
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JEAN LEUTPRECHT	
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO
DEPUTADO RICARDO GUIDI sim
DEPUTADO ROMILDO TITON sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI
DEPUTADO VALMIR COMIN sim

Encerrada a votação.

Votaram 25 srs. deputados.

Temos 25 votos "sim".

Está aprovada a matéria por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar 0028/2015, de procedência da Mesa Diretora, que dispõe sobre a revogação das leis estaduais em face da inexistência de texto normativo respectivo.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Foram leis aprovadas, com número, só que não existia texto. Isso remonta a muitos anos. Com certeza não são recentes, mas constam do nosso ordenamento jurídico, por isso, estão sendo revogadas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, quero saber quem faz o encaminhamento pela Casa. Tenho dúvida se voto sim ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Este talvez seja um dos projetos mais inusitados que nós temos aqui. É evidente que isso remonta a algumas décadas, mas temos muitas leis aprovadas, sancionadas, e sem texto. Portanto, passíveis de serem preenchidas.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR
DEPUTADO CLEITON SALVARO
DEPUTADO DALMO CLARO sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO
DEPUTADO GEAN LOUREIRO sim
DEPUTADO GELSON MERISIO
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS
DEPUTADO JEAN KUHLMANN
DEPUTADO JEAN LEUTPRECHT
DEPUTADO JOÃO AMIN sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI
DEPUTADO KENNEDY NUNES sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO sim
DEPUTADO MANOEL MOTA sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK
DEPUTADO MAURO DE NADAL sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO
DEPUTADO NATALINO LÁZARE sim
DEPUTADO NEODI SARETTA sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO
DEPUTADO RICARDO GUIDI sim
DEPUTADO ROMILDO TITON sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI
DEPUTADO VALMIR COMIN sim

Encerrada a votação.

Votaram 22 srs. deputados.

Temos 22 votos "sim".

Está aprovada a matéria.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0300/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que proíbe a realização de concurso público para preenchimento de cadastro de reserva e adota outras providências.

Ao projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global e uma subemenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0159/2015, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca das empresas contratadas para executar as obras da via rápida e do anel de contorno viário do município de Criciúma.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0160/2015, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, a ser enviado ao governo do estado, solicitando informações acerca das desapropriações para possibilitar a execução das obras da via rápida e do anel de contorno viário do município de Criciúma.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s 0839/2015, de autoria do deputado Cleiton Salvaro; 0840/2015, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0841/2015, de procedência da comissão de Constituição e Justiça; 0842/2015, de autoria do deputado Patrício Destro; 0843/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0844/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0845/2015, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro; 0846/2015 de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0847/2015, de autoria do deputado Jean Leutprecht.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0690/2015, de autoria do deputado Dalmo Claro; 0691/2015 e 692/2015, de autoria do deputado Rodrigo Minotto; 0693/2015 e 0694/2015, de autoria do deputado Jean Leutprecht, 0695/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0696/2015 e 0697/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Só gostaria de fazer o registro de que este deputado e o deputado Fernando Coruja, representando o Fórum das Emendas Constitucionais, estaremos na próxima semana fazendo visitas a seis Assembleias Legislativa. Eu gostaria de deixar justificada a nossa ausência na próxima semana, pois vamos no Rio Grande do Norte, na Paraíba, em Pernambuco, em Alagoas e em Sergipe.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero anunciar a presença do vereador Jonas Souza, do PT, do município de Passo de Torres, que veio para uma reunião com o comandante da Polícia Militar, buscando reforço da Polícia Militar com aquele município que faz divisa com o Rio Grande do Sul, e que tem tido grandes problemas com a violência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, o primeiro orador inscrito, deputado Jean Leutprecht, a quem concedo a palavra, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN LEUTPRECHT - Sr. presidente e todos que nos acompanham, inicialmente eu gostaria de registrar que estive às 14h, representando o deputado Gelson Merisio na comissão Mista de Certificação de Responsabilidade Social, aonde iniciamos o 2º Seminário de Certificação de Responsabilidade Social, uma atitude de valor catarinense. É um projeto desta Casa e é importante a participação de todos.

Também gostaria de comunicar que no dia de amanhã, na parte da tarde, estaremos realizando, numa ação do nosso gabinete, um seminário de quatro horas no Sesi de Blumenau, que em parceria com o ministério dos Esportes e com o Conselho Regional de Educação de Educação Física, tratará dos projetos de lei de incentivo ao esporte. É um projeto do governo federal, que entendemos de grande importância, já que estamos a menos de um ano das Olimpíadas.

Para destacar, finalizando, gostaria de registrar que hoje teremos nesta Casa a Conferência Livre: Violência Obstétrica, que acontecerá às 18h30 no auditório Antonieta de Barros. E quero destacar o trabalho das deputadas da bancada feminina da Assembleia que fazem um grande trabalho na defesa das mulheres. Principalmente ressalto a preocupação que existe quanto às agressões contra gestantes e parturientes.

Quero me solidarizar com essa causa, destacando alguns projetos da ex-deputada Angela Albino, hoje secretária da Assistência Social: o Projeto de Lei n. 0482/2013, que dispõe sobre medidas de proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica. Nós desarquivamos o projeto neste período em que estamos à frente do mandato. Há também um segundo projeto que permite a presença de doulas durante o período de trabalho de parto. Esse projeto está com a deputada Ana Paula Lima, que defende a mesma causa.

Na mesma linha há dois projetos aprovados em 2014 e 2015. Um deles institui a Semana Estadual de Conscientização sobre os Direitos das Gestantes e a Lei n. 16.396/2014, que institui garantia das mães amamentarem seus filhos nos espaços públicos e estabelecimentos comerciais.

Até a título de conhecimento, trago alguns dados de uma pesquisa feita no Rio de Janeiro que demonstram a violência contra a mulher gestante ou parturiente. Dentre as mulheres que procuraram mais que uma maternidade para o parto, 18% são mulheres brancas, 28,8% são pardas e 31,8% são negras. Isso mostra a própria questão da discriminação, além da preocupação com relação ao problema.

Também com relação à agressão física na gestação temos números relativos à baixa escolaridade: 3,2% são pessoas brancas, 3,8% são pessoas pardas e 5,7% são pessoas negras. Mas uma vez mostrando a questão da raça. Com relação às pessoas escolarizadas, temos 0,8% de pessoas brancas, 0,7% de pardas e 2,1 de negras. Isso demonstra mais uma vez a questão de discriminação. Realmente o negro, neste caso é preterido em detrimento das demais raças.

Então, gostaria aqui de destacar o trabalho realizado nesta Casa pela ex-deputada Angela Albino quando passou pelo seu mandato, que hoje é dado continuidade através das deputadas da bancada feminina. É importante essa luta. Reforço o convide para a conferência que ocorrerá hoje, mostrando a preocupação do Poder Legislativo com essa causa. Faço um convite a todas as pessoas para que possam participar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Quero aproveitar o momento para fazer o relato dos encaminhamentos da audiência pública que ocorreu ontem à tarde com o Ministério Público, em que estiveram presentes os deputados Gean Loureiro, Luiz Fernando Vampiro, tratando um pouco da problemática dos pescadores artesanais do estado de Santa Catarina e especificamente de Florianópolis. Foram

feitos alguns encaminhamentos. A prefeitura já encaminhou o Projeto de Lei que cria o SIM.

E pedimos aqui toda a gentileza dos vereadores para que de fato trate isto com muito carinho e o quanto antes seja aprovada esta lei. E a prefeitura ao mesmo tempo fará reuniões com os pescadores para simplificar e explicar a retirada da nota de produtor, que também é extremamente importante e necessário. E haverá também uma nova reunião entre todos os órgãos que participaram como a Epagri, o SPU, a secretaria municipal de Planejamento Urbano, a Cidasc, a Fatma, a secretaria estadual da Agricultura juntamente com o Ministério Público.

E ao mesmo tempo também busca-se viabilizar, o mais rápido possível, entrepostos, diferentes ranchos aqui do litoral para poder fazer todo o processamento da questão do pescado dos pescadores artesanais. É claro que estamos agilizando a reunião em Brasília junto ao ministério da Pesca e o ministério da Agricultura exatamente também para buscar simplificar toda a questão legislativa, para que os nossos pescadores artesanais possam comercializar o seu pescado juntamente as peixarias e os restaurantes aqui no litoral.

Deputado Neodi Saretta v.exa., que é o presidente da comissão e que participou também daquela audiência com os pescadores públicos só levando encaminhamentos que acredito que foram de grande importância para os pescadores também. Então, esperamos que possamos agilizar todo o trabalho.

Com a palavra o próximo orador, o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Saudação ao sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, e a todos que nos acompanham.

Sr. presidente, não posso esperar mais, aguardo uma resposta do governo do estado para os municípios atingidos pela chuva, inclusive o meu município Saudades, que as empresas estão esperando o decreto para que possam acessar recursos para a reconstrução. Trago este assunto novamente à tribuna, porque isso já vai para 60 dias. E como os empresários vão esperar por 60 dias para retomar suas atividades? Os empregados daquelas empresas atingidas precisam de recursos para reconstrução urgente e o decreto não saiu ainda para os municípios, ao menos o que estamos acompanhando no Diário Oficial. Liguei, inclusive, na última quinta-feira para o secretário de Defesa Civil e não tivemos ainda a resposta até o momento.

Então há uma expectativa grande, várias cooperativas e entidades nos ligaram porque não dá para fazer um projeto numa outra entidade financeira e depois o Badesc começa a liberar o recurso e perde todo o serviço da construção dos contratos com outras empresas. E os nossos empresários e municípios atingidos têm esse direito a ter acesso a essa política. Então esperamos que ainda essa semana se resolva esta questão do apoio aos municípios, especialmente os municípios que estão em calamidade pública como é o caso de Coronel Freitas, Saudades e Maravilha que foram os municípios mais atingidos, especialmente as empresas.

Esperamos, a exemplo de Xanxerê, que as empresas tenham acesso a essa política, recursos públicos, recursos do BNDES; o estado tem a equalização dos juros para estes empresários. Essa é a nossa expectativa, que isso seja agilizado mais rápido possível.

Também quero trazer à tribuna, mais uma vez, o debate da audiência pública realizado hoje pela manhã neste espaço com uma participação extraordinária. E a própria audiência pública já mostra o que significam as três medidas provisórias que tratam das mudanças na área dos servidores da Segurança Pública do nosso estado.

A importância que tem o impacto que geraram essas medidas provisórias e ficou claro hoje pela manhã que houve falta de diálogo. Poderia ter sido resolvido várias questões, a secretaria da Fazenda e o governo do estado adota numa perspectiva de mudança muito grande. Especialmente quando se trata das mudanças em termos de gratificação dos servidores tirando direito de gestantes no período que estão de licença; perder direitos; o afastamento por acidente na função de policiais militares enfim, todos os trabalhadores que perdem benefícios.

O aumento da carga horária, que na época do ex-governador, Luiz Henrique da Silveira, fez um acordo e reduziu para seis horas de trabalho para não aumentar o salário e, agora, se aumenta para oito horas - mas não se discute o aumento de salário.

Então, essas questões precisam ser discutidas e a hora plantão também, que é outro tema que praticamente os trabalhadores da Polícia Civil ficam em plantão direto, e quem acompanha o tempo de plantão sabe o que significa, quando um servidor está de plantão pela restrição que ele tem, inclusive, em poder viajar com a família, ter as suas horas de lazer.

Portanto, essas mudanças que tivemos através dessas três medidas provisórias trazem um impacto e esperamos que com o diálogo possamos chegar a um bom acordo.

Agora, para nós, na apresentação do secretário Antonio Gavazzoni - trouxe aqui um alerta, sr. presidente, onde o estado em pouco tempo dobrou a folha de pagamento do serviço público - na nossa avaliação, um dos grandes impactos que causou isso é também o abismo salarial, quando se resolve apresentar aqui leis e criar uma política de avançar no teto salarial do governador e ir para o teto do Judiciário. Aí uma parte dos trabalhadores recebe um valor muito acima do salário do governador, recebem o teto judiciário, e uma grande parte dos servidores recebe um salário baixo, pequeno pela função que representam. Cria-se um abismo salarial e isso é muito preocupante para o tratamento dos servidores públicos das mais diversas áreas, porque quando se cria um grupo mais favorecido, você em detrimento não dá aumentos salariais para uma grande parte dos servidores públicos estaduais e, com certeza, no futuro teremos que discutir e rever.

Por último, sr. presidente, eu quero trazer um debate presente que hoje está muito forte neste Plenário, que são os grandes impactos da economia brasileira.

O debate sobre crise, a estratégia futura e nós temos clareza de que o governo do ex-presidente Lula e o da Dilma Rousseff transformou esse país, avançou muito para a classe trabalhadora e o Brasil a cada pouco recebe grandes homenagens, como nos últimos dias temos recebido um grande reconhecimento em nível de FAO sobre a questão da alimentação e do combate à fome.

O Brasil recebe um grande prêmio; porque o tema do combate à fome, sair do mapa da fome e da miséria no mundo, é com certeza um dos grandes legados do ex-presidente Lula e da presidente Dilma Rousseff, com o programa Fome Zero, que hoje já é referência para muitos países, especialmente da África, como exemplo de combate a fome e a miséria que é o referido programa.

Com certeza hoje é referência para o mundo todo, e precisamos avançar nessa perspectiva. A agricultura familiar é uma das grandes referências de produção de alimentos e que pode com certeza contribuir muito não só no Brasil, mas em outros países também com a produção de alimentos especialmente saudáveis.

Então, queremos referenciar isso! Agora, muitos batem panelas cheias, muitas vezes importadas, enquanto o Brasil tinha milhões e milhões de pessoas batendo panelas vazias, panelas tortas, panelas quebradas.

Esta referência do programa Fome Zero, da estratégia de enfrentamento do combate à fome uma das grandes mazelas deste país durante décadas e décadas com crianças sempre morrendo de fome antes de completar um ano, torna-se umas das grandes referências em nível de mundo hoje este enfrentamento que o governo da presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente Lula fizeram no nosso país.

E não é por acaso que muita gente critica que o nosso governo, a presidente Dilma Rousseff foi eleita, sim, por trabalhadores e trabalhadoras, por pessoas pobres neste país que antes passavam fome e hoje tem seu prato de comida, tem seu trabalho. Isso, com certeza, é reconhecido pelos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras. Claro que a elite brasileira, os bilionários deste país jamais vão compreender isso, mas ficamos felizes se o povo, os que passavam fome antes compreendem a importância de um prato de comida para o seu filho que passa fome ou morre de fome antes de completar o seu primeiro aninho de vida.

Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação do deputado Dirceu Dresch.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dr. Vicente Caropreso, por até dez minutos.

O SR. DR. VICENTE CAROPRESO - Srs. deputados presentes, venho à tribuna para falar sobre dois assuntos. O primeiro é um que toca muito a minha região de Jaraguá do Sul e algumas regiões do estado onde têm a coexistência dos Corpos de Bombeiros Militares e Voluntários.

Pois bem, os Bombeiros Militares têm a intenção de levar apenas para si a possibilidade de acompanhar e a prevenção também na cobrança por habilitar construções, enfim, fazer a prevenção de incêndio.

Entraram no Supremo Tribunal Federal com duas ADINs, com ações de inconstitucionalidade depois desta Casa aqui ter aprovado uma emenda constitucional estadual. Perderam as duas vezes, já que o Supremo Tribunal Federal não considerou não que não fosse idônea, não fosse tão representativa a entidade que foi representar perante o Supremo Tribunal Federal mediante a ADIN.

O Ministério Público do estado de Santa Catarina acabou de entrar algumas semanas atrás com a mesma representação que diz o seguinte: a mudança constitucional feita aqui nesta Casa no ano de 2012, não teria valor já que a Constituição Federal não prevê a possibilidade, o poder de polícia aos Bombeiros Voluntários, coisa que já existe há décadas e muito bem feito em muitas cidades.

Posso explicar muito bem por Joinville e Jaraguá do Sul, onde essas entidades são responsáveis além do rescaldo de vítimas de acidentes, do combate ao incêndio, do resgate de vítimas a inúmeras situações de emergência. Elas também fazem de maneira gratuita, já que essas corporações são pagas diretamente por convênios através dos municípios. E quando os municípios solicitam, o serviço é gratuito e não precisam pagar absolutamente nada para avaliar as construções, as casas, os eventos, enfim, a prevenção é feita de maneira muito boa baseada em técnica e, acima de tudo, com preço compatível.

É inacreditável hoje, e hoje se debateu muito a respeito das finanças para prover o IGP, a Polícia Civil e a Polícia Militar com toda a possibilidade de repasse financeiro.

Mas a nossa sociedade, seja no Brasil, seja no estado, seja nos municípios, ela vem padecendo de uma dificuldade muito grande de pagar estas corporações inteiras.

Então, o corporativismo, em uma determinada situação, está prejudicando as finanças da Nação, do estado e também dos municípios. E abrirmos mão de instituições que fazem gratuitamente a prevenção de incêndios e a prevenção de muitas situações, como são os Corpos de Bombeiros Voluntários, seria um retrocesso para a nossa comunidade, e na realidade nós não sabemos como as nossas comunidades iriam reagir com o encerramento das atividades.

Imagine encerrar a atividade do Corpo de Bombeiros Voluntário de Jaraguá do Sul, deputado Jean Leutprecht! Nós não podemos imaginar que uma das instituições, se não for a mais bem avaliada pela população, que são os Bombeiros Voluntários de Jaraguá do Sul, de Joinville, de Concórdia, de tantas outras cidades, onde funcione de uma maneira exemplar e com o preço muito abaixo do que é uma corporação militar, que, com todo respeito, merece, também funcionar da melhor maneira possível. Mas nós estamos vendo aqui um corporativismo exagerado, e para isso, algumas lideranças, em nível federal, como alguns senadores, já entraram em contato com o relator, que ficou, no caso, o ministro Dias Toffoli, no Supremo Tribunal Federal, para que ele entenda, e, inclusive, também o Procurador-Geral de República, que recebeu a ação do Ministério Público Estadual, sr. Rodrigo Janot, que continuará no cargo, a respeito do que eles estão decidindo ou não. E, realmente, eles foram pegos de surpresa.

O Sr. Deputado Jean Leutprecht - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Leutprecht - Deputado Dr. Vicente Caropreso, eu gostaria, mais uma vez, de parabenizá-lo por estar levantando este assunto, v.exa. que é um batalhador desta causa, convivemos no mesmo município de Jaraguá do Sul e sabemos da realidade do Corpo de Bombeiros Voluntários e o grande trabalho que faz, principalmente no caso de Jaraguá do Sul e Joinville, onde temos uma vivência mais próxima.

E como v.exa. colocou, hoje, se fizermos uma pesquisa no município de Jaraguá do Sul, qual a instituição mais bem avaliada, certamente nós teremos ali o Corpo de Bombeiros Voluntários. Sabemos da legalidade de questão do Bombeiro Militar, mas não podemos abrir mão desse serviço, dessa grande atividade do Bombeiro Voluntário da nossa região.

Então, estou junto nesta luta, tenho certeza de que esta Casa já demonstrou estar apoiando esta causa do bombeiro voluntário, e vamos até o final nesta questão, porque é fundamental para a continuidade desse bom serviço, tanto da fiscalização, do socorro, da questão dos incêndios, na nossa região.

Parabéns mais uma vez por levantar esse assunto, e estamos juntos nesta briga.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Muito obrigado deputado Jean Leutprecht, que vem cumprindo com excelência a possibilidade de estar aqui entre nós, divulgando as suas ideias, trabalhando, contribuindo com o nosso estado, e é extramente importante uma contribuição como essa, dentro do discurso, porque é alguma coisa que nos toca no dia a dia.

E aqui eu já vou misturar as duas coisas, meu caro amigo Jean, sr. presidente. Há poucos dias fui acometido de um mal súbito, uma insuficiência coronariana. Quem me socorreu? O Samu.

O Samu que em boa parte do estado vai também, por vontade do atual secretário de Saúde, ser repassado para os Corpos de Bombeiros Voluntários. Ele tem interesse para que as corporações que já existem nas várias cidades também possam fazer parte desse sistema todo, de rescaldo das pessoas com dificuldades agudas e também para que se faça uma justiça, e acima de tudo, uma melhora de qualidade.

Agora, o que está sendo discutido, e hoje foi colocado muito bem pelo deputado Dalmo Claro, que foi o secretário estadual de Saúde, que instituiu, via uma ONG, Organização Social, o controle e o gerenciamento desse serviço do Samu.

O que tem que ficar bem claro para a população é o seguinte, não interessa da onde vem o Samu, se é diretamente do governo estadual, com concurso, ou se o Samu é via uma Organização Social, o que importa é que as pessoas que lá trabalhem cumpram com as suas funções.

Que atendam dentro do menor tempo possível as vítimas e que, sobretudo atendam bem e que sejam treinadas. Toda a equipe, não apenas os médicos, mais todos os enfermeiros, os socorristas para que a população esteja bem protegida.

Então, essa decisão do governo estadual, através do sr. João Paulo Klenübing, nos deixa preocupados, porque as oito centrais serão transformadas em apenas uma central. Tudo centralizado, com o objetivo de reduzir custos e fazer com reduzam-se os gastos com saúde, já escassos no estado e nos municípios.

Rogamos a Deus para que essa decisão que partiu unilateralmente do governo do estado, através do secretário de Saúde, realmente dê certo. Por quê? Porque quanto mais nos afastamos das regiões, onde são atendidas as pessoas, mais dificuldades terão com as pessoas que vão fazer esse rescaldo, pelo desconhecimento da geografia pelas pessoas que trabalham em determinados prontos socorros, que ficarão muito mais próximas da equipe que está nessas oito centrais. Então, tomara que essa vontade e essa decisão política de centralização aqui em Florianópolis do Samu possam ocorrer sem traumas para a população mantendo o alto nível de atendimento do Samu.

Finalizando, quero agradecer penhoradamente pelo pronto atendimento que eu tive por parte do Samu. Parabéns aos profissionais e parabéns a todos os envolvidos nesta grande família Samu e que essa decisão do secretário seja acertada. Mas estaremos aqui cobrando, caso algum problema ocorra.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Natalino Lázare, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Sr. presidente, srs. deputados ouvintes da TVAL e Rádio Digital Alesc.

O motivo do meu pronunciamento é mencionar um fato relevante, praticado pela Câmara dos Deputados na tarde de ontem.

Ontem foi votado e aprovado, por praticamente unanimidade, um projeto importante para o país, que é o projeto que aumenta em 250% o limite de enquadramento da microempresa no regime especial de tributação, que passa dos atuais R$ 360 mil, para R$ 900 mil a receita bruta anual máxima permitida para esse seguimento empresarial. Para as empresas de pequeno porte, o texto estabelece um aumento de 400% para a inclusão no supersimples. Com isso serão permitidos os enquadramentos nesse modelo de tributação das empresas que tiverem renda bruta anualmente entre R$ 900 mil e R$ 14,4 milhões. Hoje para terem uma ideia o limite para o enquadramento é de R$ 360 até R$ 36 milhões.

A previsão, segundo esse projeto aprovado ontem na Câmara dos Deputados, é que passe a vigorar já a partir do ano que vem. E nesse quesito de R$ 360 mil até no máximo R$ 3.600 milhões vai para R$ 7 milhões. O que significa isso na prática? Significa um ganho muito grande para as micro e pequenas empresas brasileiras. Nós temos dados estatísticos, fornecidos por entidades credenciadas do setor de que 52% dos empregos brasileiros hoje são patrocinados pela micro e pela pequena empresa.

Então, parabéns ao Congresso Nacional. Estou dando entrada a uma moção de felicitações nesta Casa a ser encaminhada à Câmara dos Deputados, especialmente à bancada catarinense em Brasília, dando louvor à aprovação desse projeto porque torna a vida das empresas melhor. E acrescente-se a isso outros ganhos. Nesse processo todo, foram incluídos alguns produtos que estavam de fora, como por exemplo, as bebidas artesanais: vinhos, sucos, cachaça, cervejas. Enfim esses produtos não eram considerados nesse pacote e agora serão contemplados.

Trata-se de uma notícia auspiciosa e de um fato relevante. Gostaria de deixar bem claro que irá afetar de maneira positiva a economia brasileira e deste estado. Não posso deixar de fazer uma referência elogiosa na aprovação desse projeto importante para as empresas de Santa Catarina ao deputado Jorginho Mello que foi um dos grandes condutores desse projeto, como presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa. Ele foi praticamente quem conduziu esse processo que culminou com a aprovação desse importante projeto na tarde de ontem.

Por isso, em nome deste deputado e do PR, queremos cumprimentá-lo e dizer que temos um orgulho muito grande pela sua determinação, coragem e firmeza, sobretudo pela sua sensibilidade com a classe empresarial. Não dava para continuar como estava, pois empresas se proliferavam no estado todo de maneira até inadequada e agora esse reajuste facilitará muito a vida do micro e pequeno empresário.

Quero parabenizar o deputado Jorginho Mello, aqueles que fizeram parte da sua comissão e os que se posicionaram favoravelmente para que o projeto fosse aprovado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje às 19h, em homenagem aos 70 anos da Geap/SC Autogestão em Saúde.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 025ª SESSÃO ESPECIAL

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA REALIZADA EM 2 DE SETEMBRO DE 2015, EM HOMENAGEM AOS 70 ANOS DA GEAP/SC AUTOGESTÃO EM SAÚDE PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido para compor a mesa as excelentíssimas autoridades que serão nominadas a seguir:

Senhor diretor de Administração e Finanças da Geap, Antonio Gomes de Farias Neto;

Senhor gerente estadual de Autogestão em Saúde - Geap, Fabiano Bittencourt;

Senhor presidente da Federação das Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas do Estado de Santa Catarina, Hilário Dalmann;

Senhora presidente do Conselho Regional de Enfermagem - Coren/SC -, Helga Regina Bresciani.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão em homenagem aos 70 anos da Geap - Autogestão em Saúde foi convocada por solicitação da Mesa, a pedido deste deputado, e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares.

Neste momento, teremos à execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do hino.)

Gostaríamos de registrar a presença das seguintes autoridades:

Senhor superintendente do Patrimônio da União em Santa Catarina, André Ricardo de Souza;

Senhora presidente da CUT de Santa Catarina, Anna Julia Rodrigues;

Senhor Alaécio Amorim, neste ato representando o senhor presidente da Federação dos Contabilistas do Estado de Santa Catarina - Fecontesc -, Tadeu Oneda;

Senhor diretor do Sindicato dos Médicos de Santa Catarina - Simesc -, Dimitri Cardoso Dimatos;

Senhor assessor institucional da Geap Saúde, Nelson Brum Motta;

Senhor prefeito de Xavantina, Mauro Poletto.

Cumprimento as demais autoridades aqui presentes, as senhoras e os senhores.

Neste momento, faço uso da palavra, como proponente desta sessão, em nome da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"Em setembro, a Geap Autogestão em Saúde está completando 70 anos de atuação no Brasil, cuidando da saúde dos servidores públicos federais ativos, aposentados e seus familiares. Diante da importância do papel social da operadora - que não tem fins lucrativos - na saúde suplementar, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, por meio de indicação deste deputado e através da Mesa Diretora, convocou esta sessão especial.

Fundada em 1945, a Geap tornou-se uma das maiores operadoras de saúde do país. A sua missão é melhorar a qualidade de vida de seus clientes, na forma de autogestão compartilhada, de planos solidários de saúde e assistência social. Ao longo dos anos, a Geap também se tornou referência entre as empresas de planos de saúde brasileiras, ao se tornar pioneira do modelo assistencial focado na prevenção de doenças e na melhoria da qualidade de vida.

Hoje os beneficiários de todas as idades têm acesso a programas diversificados de atenção à saúde e monitoramento de doenças, com atividades gratuitas de estímulo ao autocuidado e ao bem-estar. Em todo o país, mais de 600 mil brasileiros são assistidos. É a operadora com o maior número de idosos do Brasil, com mais de 60% da carteira composta por pessoas acima de 50 anos e 45% dos beneficiários a partir dos 60 anos, sendo mais de 500 centenários. Em Santa Catarina, o número de beneficiários chega a 17 mil, e desses 7,5 mil, aproximadamente, são idosos.

Em 2005, a Geap tornou-se a primeira operadora de autogestão do país a obter o registro definitivo concedido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Por ser uma autogestão, não visa lucro e os recursos obtidos são revertidos para a assistência integral de seus clientes.

Considerando a passagem desses 70 anos de história, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina reconhece a importância da Geap, de suas conquistas e da prestação de serviços de saúde com qualidade aos seus beneficiários. Por essa bela trajetória, prestamos esta homenagem.

Parabéns a toda família Geap por cuidar da saúde de milhares de brasileiros nos quatro cantos do Brasil."

Muito obrigado!

(Palmas)

Convido a mestre-de-cerimônias, Soraia Boabaid, para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - Boa-noite!

Neste momento, o Poder Legislativo catarinense, em sessão especial, presta uma homenagem à Geap Autogestão em Saúde pela passagem dos seus 70 anos de fundação, zelando pela saúde dos servidores públicos federais ativos e inativos e seus familiares, referência por seu modelo assistencial focado na prevenção de doenças e na melhoria da qualidade de vida do cidadão brasileiro.

Convido o excelentíssimo sr. deputado Neodi Saretta para fazer a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o dr. Antonio Gomes de Farias Neto, neste ato representando a Geap - Autogestão em Saúde - Direx.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Fabiano Bittencourt, neste ato representando a Geap - Autogestão em Saúde, gerência estadual de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Hilário Dalmann, neste ato representando a Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, a Associação de Hospitais do Estado de Santa Catarina, a Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de Santa Catarina, Fehosc/Ahesc/Fehoesc.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Dérmio Antônio Filippi, neste ato representando o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no estado de Santa Catarina - Sintrafesc.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Dando continuidade à solenidade, o Poder Legislativo catarinense presta uma homenagem às personalidades e entidades que muito contribuíram com a trajetória de sucesso da Geap no estado de Santa Catarina.

Convido para receber a homenagem o dr. Luís Carlos Saraiva Neves, diretor executivo da Geap Autogestão em Saúde - Direx, neste ato representado pelo dr. Antonio Gomes de Farias Neto.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o dr. Edivan Jaeger, médico clínico-geral, representante dos profissionais da área da Saúde.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Neide Silveira Godinho, assistente técnica, representando os trabalhadores da Geap Autogestão em Saúde.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Katharina Maria Birwes da Silva, beneficiária centenária, neste ato representada pelo seu filho, sr. Odilon Silva.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Maria José Coelho, idealizadora da atual marca Geap 70 anos.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao sr. deputado Neodi Saretta.

Seriam homenageados também nesta noite o sr. Luciano Wolffenbüttel Véras, neste ato representando o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina - Sindprevs/SC; o provedor sr. José Carlos Pacheco, representando a Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade; e a magnífica reitora professora dra. Maria Clara Kaschny Schneider, neste ato representando o Instituto Federal Santa Catarina - IFSC.

Neste momento, teremos a apresentação do coral Musicoterapia, do Programa Maturidade Saudável, da Geap. Com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos participantes, o projeto é destinado aos beneficiários com idade igual ou superior a 60 anos. O grupo é formado por 35 assistidos há mais de 15 anos.

O coral Musicoterapia nos brindará com a apresentação da música *Rancho de Amor à Ilha*.

Boa-noite!

(Procede-se à apresentação da música.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Agradeço ao coral Musicoterapia, que nos brindou com a apresentação desta música, deste hino, que é o nosso *Rancho de Amor à Ilha*. Parabéns!

Quero registrar também a presença do prefeito do município de Porto Belo, Evaldo Guerreiro, que está aqui presente na nossa sessão especial.

Convido para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados, o diretor de Administração e Finanças da Geap Autogestão em Saúde - Direx, dr. Antonio Gomes de Farias Neto.

O DR. ANTONIO GOMES DE FARIAS NETO - Boa-noite a todos!

Em nome do deputado Neodi Saretta, cumprimento os integrantes da mesa e todos aqui presentes, em especial os profissionais da nossa instituição.

Agradecemos, profundamente, à Casa por fazer esta homenagem a uma instituição que começou a sua vida no dia 29 de setembro de 1945. Foi um início numa época muito complicada, o mundo tinha acabado de sair da Segunda Guerra Mundial e a sociedade clamava por instituições que viessem a atendê-la nesse sentido.

Então, desde 1945, temos um histórico de sempre renascer das cinzas. É uma instituição que durante todo este tempo, 70 anos, é questionada pelo papel que representa, uma vez que é uma autogestão, uma instituição que não tem fins lucrativos. Assim, conseguimos trabalhar da melhor maneira possível e com um custeio que possa atender os servidores públicos federais. Hoje, o nosso estatuto já permite que possamos atender também servidores públicos estaduais e municipais, mas por enquanto ainda trabalhamos somente com servidores públicos federais.

Então, viemos com muitas dificuldades. Em 2013, essa instituição passou por uma das maiores crises, em que houve uma intervenção. Antigamente, tínhamos a seguridade social junto com a saúde. Com a segregação, a seguridade social foi para um lado, onde continua sob a intervenção da Previc, e foi criada, então, a Autogestão em Saúde da Geap.

Desse período para cá, pegamos uma situação muito desgastante. Lá temos prestadores e tínhamos uma relação com os nossos prestadores muito delicada, haja vista que tínhamos um *déficit* considerável no mercado. E nesse um ano e meio, agora em outubro vai fazer dois anos, praticamente honramos todos os nossos compromissos e hoje já atendemos as reservas, que são uma exigência da ANS, na faixa de R$ 800 milhões.

É importante ressaltar que com essa segregação, sendo autogestão em saúde, nós também criamos uma nova marca. Eu gostaria de agradecer à profissional Maria José Coelho, a Zezé, que está aqui, pois foi ela que fez a nossa marca Geap, que é a marca de um "g" de acolhedor e que hoje está no Brasil inteiro. Muito obrigado, Zezé, por ter-nos dado este presente!

Como o deputado Neodi Saretta colocou, nós, hoje, temos mais de 600 mil vidas, uma rede de 17 mil prestadores no Brasil todo. Eu gosto sempre de frisar que 60% das vidas que somos responsáveis têm acima de 50 anos. Nós desafiamos qualquer operadora de saúde que apresente esse perfil. Agora, volta e meia somos questionados até pela concorrência, e não pela carteira em si. E duvido que qualquer operadora de saúde queira assumir essas vidas. Mas o que eles querem? Eles querem a nossa prática, eles querem aquilo que fazemos de melhor: plano de saúde, em média, 40% mais barato que qualquer plano de saúde que está no mercado.

Tenho orgulho de fazer parte de uma instituição que tem 554 vidas acima de 100 anos. Isto é muito difícil.

Temos, hoje, um convênio com 130 órgãos governamentais. Simplesmente trabalhamos uma análise profunda e não existe nenhum recurso que não seja para ser revertido na própria assistência. Estamos mudando agora e inovando no nosso planejamento. Ou seja, estamos saindo dessa saúde curativa para uma saúde preventiva. E a Geap já vem há muito tempo trabalhando com vários planos e programas para atendimentos aos nossos assistidos. Nós temos: Programa de Saúde da Criança e do Adolescente, Saúde do Homem, Saúde Mental; Hiperdia - para as pessoas com hipertensão e diabetes, Maturidade Saudável, Saúde da Mãe e do Bebê, Movimente-se em Saúde. Estamos partindo agora para um programa que vamos implantar a partir de 2016, que é o Geap Mais Saúde, em que vamos trabalhar diretamente com o trabalhador, indo não apenas ao seu local de trabalho prestar essa assistência, como também na família. Nós queremos atender o trabalhador por completo.

Então, tenho muito orgulho e quero agradecer profundamente a todos os profissionais aqui presentes. Nós temos uma característica, que a maioria dos nossos profissionais já tem 10, 15 ou 20 anos de bons serviços prestados a essa instituição.

Quero deixar um abraço a todos e agradecer profundamente o empenho de todos. Eu sempre coloco nas reuniões que faço em outros estados e na própria Direx que existia um conjunto, no início dos anos 60, que no começo tocava em barzinhos, mas eles sempre colocavam na mente deles que um dia seriam vencedores. E eles sempre falavam: "Rumo ao topo"! Estou falando simplesmente daqueles quatro garotos de Liverpool. Digo a vocês, meus colegas de trabalho, rumo ao topo e muito obrigado pela dedicação de vocês!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Quero agradecer ao dr. Antonio Gomes de Farias Neto, diretor de Administração e Finanças da Geap, que fez uso da palavra em nome de todos os homenageados.

Neste momento, convido para fazer uso da palavra o gerente estadual da Geap Autogestão em Saúde, sr. Fabiano Bittencourt.

O SR. FABIANO BITTENCOURT - Excelentíssimo sr. deputado Neodi Saretta, proponente desta sessão, e em seu nome cumprimento todos os membros da mesa, as autoridades e todas as pessoas aqui presentes.

(Passa a ler.)

"Senhoras e senhores, boa-noite!

É com grande satisfação e alegria que participo deste momento de reconhecimento por uma trajetória de 70 anos, acolhendo e cuidando da saúde dos servidores públicos e dos seus familiares.

Ao celebrar este momento, é necessário relembrar fatos importantes do passado que credenciam a condição da Geap como uma grande conquista, diria, inclusive, um direito do funcionalismo público federal. Fazendo um paralelo com a história do nosso país, a Geap foi criada no final da era Vargas como assistência patronal dos servidores do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI).

No período do Regime Militar, ainda como patronal, ampliou a sua assistência com o nascimento do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e a criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas).

Durante a redemocratização do nosso país, a Geap conquistou mais autonomia com a criação do Grupo Executivo de Assistência Patronal - Geap - e a formação de um conselho composto por representantes dos servidores públicos. Nesta época ainda, mantendo a sigla, a Geap foi alçada à entidade privada sem fins lucrativos.

Em toda a história, até os dias atuais, a Geap vem ampliando a sua assistência em saúde para outros servidores públicos, abrangendo hoje todos os servidores da administração pública federal, várias autarquias e fundações federais.

Em época nenhuma suspendeu ou deixou de prestar serviços aos funcionários públicos, que sempre tiveram na Geap uma entidade capaz de lhes proporcionar a tranquilidade e a segurança necessárias nos momentos difíceis e de maiores necessidades.

Hoje, o nosso país passa por um momento de apreensão, em que novamente as instituições democráticas são questionadas, principalmente por saudosistas de um passado do qual não há o que se admirar. E novamente a Geap vê-se frente a mais um desafio: o de enfrentar os interesses econômicos que questionam a legitimidade de 70 anos de acolhimento e cuidado da saúde dos funcionários públicos federais.

Porém, não falta apoio à Geap de seus beneficiários, de instituições representativas, sindicatos e federações, das senhoras e dos senhores aqui presentes. E quero registrar, inclusive, o apoio desta Casa Legislativa, que recentemente aprovou uma moção, encaminhada ao Tribunal de Contas da União, reconhecendo a União como legítimo patrocinador da Geap Autogestão em Saúde.

Este é, portanto, um momento importante para comemorarmos os 70 anos da Geap, pois temos a oportunidade e o privilégio de relembrar e de agradecer a todos que já passaram por essa empresa e deixaram as suas marcas com a força, a coragem e a determinação para conduzir e participar direta e indiretamente de toda a sua história, desde o seu nascimento até os dias atuais, tendo como meta mantê-la sempre erguida e fortalecida.

A Geap acolhe e cuida do servidor público e seus familiares, tendo como dedicação a saúde. E ter saúde não é apenas deixar de ficar doente. É, acima de tudo, levar sempre uma vida saudável com diversão, boa alimentação, atividade física e também cuidados médicos, quando necessários.

Por isso, senhoras e senhores, além de uma rede de prestadores com, aproximadamente, 17 mil credenciados no Brasil, sendo aproximadamente mil em Santa Catarina, a Geap investe fortemente em programas de promoção e prevenção à saúde. Programas como o Maturidade Saudável, que formou o coral que hoje ouvimos, ou o Movimente-se com Saúde, que estimula o hábito de atividades físicas.

E quero aqui fazer um convite: no dia 25, em incentivo às atividades físicas, realizaremos uma caminhada na Beira-Mar Norte em homenagem também aos 70 anos da Geap.

Inclusive, a Geap preocupa-se em cuidar do servidor público em seu local de trabalho, realizando os exames periódicos necessários ao acompanhamento da saúde do trabalhador. Para todo esse cuidado diferenciado e o acolhimento dos seus beneficiários, posso afirmar que todos os trabalhadores e prestadores de serviços que compõem o time da Geap, de forma direta e indireta, trabalham incansavelmente com afinco, responsabilidade, respeito e ética para assegurar um futuro saudável aos servidores públicos e seus familiares.

Ainda no âmbito do acolhimento, destaco que a Geap não tem qualquer objeção ou exceção para acolher portadores de doenças pré-existentes ou limites com relação a idade para acesso aos seus planos de saúde. Todos são iguais e importantes.

Gestão compartilhada é outra característica importante da Geap, pois os servidores elegem parte do nosso Conselho de Administração e Fiscal, sendo outra igual parte indicada pelos órgãos patrocinadores.

Por todo o exposto, e ainda com a conduta de seus prestadores de serviços credenciados, que atuam com transparência e ética em suas relações e negociações, em que prevalece o melhor interesse para a assistência com qualidade, a Geap apresenta como resultado planos de saúde que possibilitam o acesso de servidores de todas as faixas etárias e remunerações.

Para finalizar, passo aos necessários e merecidos agradecimentos, pois não se escreve uma história de 70 anos sozinho. Desta forma, agradeço às entidades representativas dos beneficiários, por meio dos sindicatos, associações e federações, que nunca mediram esforços no sentido de defender a Geap e tudo que ela representa aos servidores públicos federais.

Também quero registrar um profundo agradecimento a todos os trabalhadores da Geap, que atuam com comprometimento e amor, buscando desempenhar as suas atividades com excelência e dedicação, tendo a perfeita dimensão da responsabilidade e importância de suas funções para a saúde dos beneficiários da Geap.

Por fim, quero agradecer a todos os convidados que nos prestigiam com a sua presença nesta sessão especial, compartilhando esta alegria e comemoração, tão significativamente importantes para a nossa Geap, com os sindicatos; os clientes; os prestadores de serviços; os familiares; as autoridades; a Unidas e suas filiadas; o nosso diretor de Administração e Finanças, representando o nosso diretor executivo, sr. Luiz Carlos Saraiva Neves; e o nosso assessor Nelson Brum Motta. E novamente com os empregados da Geap, essa grande equipe que tem diariamente contribuído para o cumprimento da missão de realizar um grande serviço de assistência aos seus usuários, pois a Geap não é apenas um plano de saúde, e reafirmo que é uma conquista, um direito do funcionalismo público.

Agradeço, especialmente, à Mesa Diretora da Alesc, pela iniciativa e propositura desta sessão. Especialmente, aos deputados Padre Pedro Baldissera e Neodi Saretta, conhecedores da importância dessa instituição.

Em nome da Geap, recebam o nosso muito obrigado!

Novamente agradeço a todos e parabéns, Geap, pelos 70 anos!"

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Muito obrigado, sr. Fabiano Bittencourt, gerente estadual da Geap Autogestão em Saúde! Parabéns pelo seu pronunciamento!

Ao encerrar esta sessão, queremos, mais uma vez, parabenizar toda a família Geap, a direção, os seus empregados, os beneficiários, os prestadores de serviço e todos que estão envolvidos nesse trabalho, e deixar os nossos votos de que a Geap possa continuar desenvolvendo esse importante trabalho, conforme foi exposto aqui durante esta sessão. Parabéns a todos e que esse trabalho, como eu disse, possa prosseguir sempre com mais força.

Agradecemos a presença das autoridades com assento à mesa, dos homenageados e dos convidados que nos honraram com o seu comparecimento nesta noite, convidando-os para um coquetel no *hall* deste Poder.

Antes do encerramento, teremos a interpretação do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 048-DL, de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 316, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

COMUNICA a prorrogação do prazo de vigência da Medida Provisória nº 201, de 2015, que "Dispõe sobre as formas de cumprimento da jornada de trabalho e o banco de horas no âmbito do Instituto Geral de Perícias (IGP) e estabelece outras providências".

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 1º de outubro de 2015.

Deputado GELSON MERISIO - Presidente
Deputado Pe. Pedro Baldissera - 2º Secretário
Deputado Mario Marcondes - 4º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 049-DL, de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 316, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

COMUNICA a prorrogação do prazo de vigência da Medida Provisória nº 202, de 2015, que "Dispõe sobre as formas de cumprimento da jornada de trabalho e o banco de horas no âmbito das instituições militares estaduais e estabelece outras providências".

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 1º de outubro de 2015.

Deputado GELSON MERISIO - Presidente
Deputado Pe. Pedro Baldissera - 2º Secretário
Deputado Mario Marcondes - 4º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 050-DL, de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 316, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

COMUNICA a prorrogação do prazo de vigência da Medida Provisória nº 203, de 2015, que "Dispõe sobre as formas de cumprimento da jornada de trabalho e o banco de horas no âmbito da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências".

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 1º de outubro de 2015.

Deputado GELSON MERISIO - Presidente
Deputado Pe. Pedro Baldissera - 2º Secretário
Deputado Mario Marcondes - 4º Secretário

*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 602, de 1 de outubro de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **MARIA IZABEL AVILA DA SILVA CARIONI**, matrícula nº 6296, do cargo de Secretário Parlamentar da Presidência, código PL/DAS-6, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (CGP - Chefia de Gabinete da Presidência).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 603, de 1 de outubro de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nºs. 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

NOMEAR GERVÁSIO JOSÉ DA SILVA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar da Presidência, código PL/DAS-6, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (CGP - Chefia de Gabinete da Presidência).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às dezessete horas do dia doze de agosto do ano de dois mil e quinze, sob a presidência do senhor Deputado Sílvio Dreveck, Presidente da Comissão, amparado no Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da segunda reunião ordinária da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia que contou com a presença dos senhores Deputados Cleiton Salvaro, Dirceu Dresch, Nikolas Reis, substituindo o Deputado Rodrigo Minotto e o deputado Maurício Eskudlark, substituindo o deputado Darci de Matos. Iniciando os trabalhos, o Presidente colocou em votação a ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o senhor Presidente Sílvio Dreveck leu os ofícios recebidos por esta Comissão e encaminhados aos respectivos membros: OF nº 072/2015, da União de Vereadores de Santa Catarina, que trata da Moção de Repúdio 001/2015; OF. nº 031/2015, da Câmara Municipal de Curitibanos de SC, que trata da Moção de Apelo nº 007/2015; OF. nº 324/2015, que trata do Requerimento nº 128/2015 e a Comunicação Interna para a Deputada Ana Paula Lima das proposições anteriores, todas essas entregues em seus respectivos gabinetes. Continuando, o presidente da Comissão leu os dois requerimentos do Deputado Dirceu Dresch. O primeiro, solicitando uma audiência pública para tratar do primeiro ano de vigência da Lei Complementar nº 631, que "Institui o Estatuto Estadual da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte, do Microempreendedor Individual e da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada e estabelece outras providências", principalmente no que se refere ao art. 21, da referida Lei Complementar, quanto as compras governamentais e o tratamento diferenciado nas contratações públicas do Estado de Santa Catarina, que será realizada no dia 16 de setembro de 2015, às 17h, na sala das Comissões 01. O Deputado Dirceu Dresch justifica a solicitação do evento dizendo da importância dos empresários no desenvolvimento e na economia do Estado. Colocado em discussão e votação, o requerimentos foi aprovado por unanimidade. Continuando, o deputado Sílvio Dreveck leu o segundo requerimento do Deputado Dirceu Dresch para a realização da 5ª edição do SUSTENTAR - Fórum sobre Energias Renováveis e Consumo Responsável, a ser promovida por esta Comissão, no mês de abril de 2016, nesta Casa Legislativa. O requerente justifica a necessidade de começar nesse ano as tratativas para a realização do fórum, colocando que a sustentabilidade do planeta e a agricultura urbana na agenda do Parlamento tem a necessidade de pensar no futuro de Santa Catarina. O senhor presidente lembrou o incentivo dado pelo Deputado Pedro Uczai e da importância que tem as energias renováveis. Colocou em votação o requerimento, que foi aprovado por unanimidade. Dando sequência, colocou em discussão o OF./0071.1/2015, tendo como relator o Deputado Luiz Fernando Vampiro, que "Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Instituição Comunitária de Crédito - Blumenau Solidariedade, de Blumenau, referente ao exercício de 2014". Colocado em votação, foi aprovado por unanimidade e após o seu arquivamento. Em seguida colocou em discussão o PL./0048.6/2011, tendo como relator o Presidente desta Comissão, ao qual foram apensados os demais projetos de outros Deputados contendo a mesma matéria. O senhor Presidente fez uma emenda de substitutivo global, colocando um fracionamento de quinze minutos de cobrança. Sugere a aprovação do PL./0068/2011; do PL./0055.5/2014 e do PL./0264/2014. O senhor Deputado Dirceu Dresch e o senhor Deputado Maurício Eskudlark, pediram vista em gabinete. Foi colocado em discussão o OF./0162.3/2015, recebido pelo Deputado Dirceu Dresch, que "Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Comercial e Industrial de São Miguel do Oeste (ACISMO), referente ao exercício de 2014", sendo aprovado para posterior arquivamento. O deputado Dirceu Dresch usou a palavra para falar sobre a calamidade pública que a região oeste sofreu com as enchentes, afetando a economia urbana e rural. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, da qual eu, Elenice Martins Ferreira Ramos, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que, após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembleia Legislativa.

Deputado Sílvio Dreveck
Presidente

*** X X X ***

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às dezessete horas do dia vinte e cinco de agosto do ano de dois mil e quinze, sob a presidência do senhor Deputado Sílvio Dreveck, Presidente da Comissão, amparado no Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da terceira reunião ordinária da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia que contou com a presença dos senhores Deputados Cleiton Salvaro, Dirceu Dresch e Luiz Fernando Vampiro. Iniciando os trabalhos, o Presidente colocou em votação a ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Cleiton Salvaro, que leu o seu próprio parecer do OF./0413.3/2015, que "Encaminha documentação para a

manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Câmara de Dirigentes Lojistas de Itapema referente ao exercício de 2014". Colocado em discussão e votação, o parecer foi aprovado por unanimidade e posterior arquivamento. Na sequência, o Presidente da Comissão leu o parecer do PL./0062.4/2012, de autoria do Deputado Aldo Schneider, que "Dispõe sobre a reutilização das areias geradas do processo industrial de fundição e adota outras providências". Colocado em discussão, o Deputado Luiz Fernando Vampiro pediu pedido de vista em gabinete. Continuando, o Presidente da Comissão leu o requerimento do Deputado Cleiton Salvaro, para a realização de um Seminário com o Tema: Eficiência Industrial, em Criciúma, no dia 29 de outubro do corrente ano, das 13h e 30min às 21:00h em parceria com a SATC - Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina. A finalidade deste Seminário é debater essa temática com estudantes, instituições de ensino e pesquisa, empresas públicas e privadas e o parlamento catarinense. Colocado em discussão e votação, o Seminário foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, da qual eu, Elenice Martins Ferreira Ramos, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que, após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembleia Legislativa.

Deputado Sílvio Dreveck
Presidente
*** X X X ***

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

Às onze horas do dia 16 de setembro de dois mil e quinze, reuniram-se sob a presidência do Senhor Deputado Gean Loureiro, na Sala de reuniões 01 das Comissões os Senhores Deputados: Deputado Mauricio Estudlark, Deputado Neodi Saretta, Deputado Cesar Valduga, Deputado João Amin, Deputado Ricardo Guidi e Deputado Gabriel Ribeiro. O Presidente leu a Ata da 8ª reunião ordinária, aprovada por unanimidade. Ato contínuo o Presidente Deputado Gean Loureiro, informou que constaria na pauta da reunião nesta data a "Responsabilidade Sócio Ambiental no setor Público e a Agenda Ambiental na Administração Pública". Apresentou a Professora Elizete Lanzoni Alves, Secretária de Gestão Ambiental do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o senhor Jackson Pereira, estagiário nesta Casa Legislativa, a senhora Miriam Lopes Pereira, Coordenadora de Serviços Técnicos e a equipe do Programa Consciência Limpa da Assembléia Legislativa. Também estiveram presentes representantes do Centro de Recuperação e Tratamento da Fauna Silvestre, da FATMA, da Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina e alunos da UDESC. Dando continuidade o Presidente passou a palavra a Professora Elizete Lonzoni Alves, que explanou sobre a gestão ambiental no Setor Público. Salientou ainda que a Constituição Federal no Art. 225 estabelece a igualdade entre o Poder Público e a coletividade para a proteção ambiental para as atuais e as futuras gerações. Destacou ainda a responsabilidade do Poder Público no dever de dar respostas à sociedade com exemplos de gestão em administração. Informou que um plano de logística sustentável é essencial para o início de uma gestão ambiental. Disse também que o plano de logística sustentável do Tribunal de Justiça é referência no Brasil e no mundo, foi apresentado em outros países e o Tribunal está à disposição para apresentar esse plano. Finalizou afirmando que precisamos de divulgação, ações coletivas para deixarmos ações positivas para um futuro melhor. Com a palavra o Deputado Gean Loureiro agradeceu a presença dos alunos do Curso Superior de Administração Pública da Escola Superior da ESAG, e frisou que no dia 23 do corrente será comemorado com o conselho de Administração os 50 anos de profissão. Ato contínuo, informou que do dia 21 à 23 do corrente, a haverá comemoração alusiva a semana da árvore, com longa programação na Alesc. Haverá exposições, escolas visitando no período da manhã e da tarde, com decoração, onde vamos falaremos um pouco da preservação do meio ambiente. Informou ainda que no dia 22 do corrente às 17:00 horas, haverá uma Audiência Pública referente ao PL/249.2/2015, que dispõe sobre a rota da cerveja no Estado de Santa Catarina e tem como relator o senhor deputado Ricardo Guidi, Vice-Presidente da Comissão. Será discutida na audiência a importância do turismo e da economia no Estado. Ato contínuo destacou que no dia 30 de setembro do corrente haverá reunião ordinária desta Comissão com os integrantes do Conselho Estadual do Turismo. Dando continuidade o Presidente passou a palavra a senhora Miriam Lopes Pereira, Coordenadora de Serviços Técnicos da Alesc, que ressaltou que a Diretoria Administrativa esta motivada e aberta ao diálogo para que se faça uma parceria com o Tribunal de Justiça em trabalhos relativos a Consciência Ambiental. Dando continuidade passou a palavra a Jakson Pereira, estagiário da Coordenadoria de Serviços Técnicos, que explanou sobre trabalho relativo à separação de resíduos sólidos, informando que a coordenação não é realizada pela ALESC, mas por terceirizados. Destacou ainda que isso por Lei não podia estar acontecendo, frisando que muita coisa precisa ser mudada através da conscientização, além da necessidade de implementação de uma Secretaria, Diretoria ou mesmo uma Gerência, responsável pela gestão ambiental da Casa. Com a Palavra o Presidente da comissão Deputado Gean, propôs que se levasse à Mesa desta Casa Legislariva um protocolo de colaboração, entre o Tribunal de Justiça e a Alesc, que justifique de maneira mais direta a participação daquela Instituição na ALESC, com definição de sugestão de proposição à Mesa de uma estrutura Administrativa que possa dar continuidade a esse trabalho. Ato contínuo, o Presidente passou a palavra ao Deputado Gabriel Ribeiro que falou sobre a importância da sustentabilidade e da Gestão Sócio Ambiental na ALESC. Frisou que é preciso se pensar nas pessoas que fazem parte do processo e destacou que os envolvidos precisam permanecer no Projeto de Sustentabilidade, já que conhecem todo este trabalho. Afirmou ainda que a sra. Elizete o informou sobre a finalização do estágio do servidor Jakson Pereira e que conversando com o Presidente da Comissão Deputado Gean, o Colegiado encaminharia à Presidência da Casa, uma solicitação da Comissão de Meio Ambiente, para que seja renovado, ou seja feita uma contratação do Jakson para que ele permaneça na estrutura da Alesc, fazendo parte da nova proposta que está sendo criada, contribuindo com o seu conhecimento. Ressaltou que, junto com ele estaríamos aperfeiçoando o trabalho nos próximos anos. Com a palavra, o Presidente da Comissão fez encaminhamentos em relação a proposição da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, de sugestão à Mesa Diretora da para realização de um protocolo de colaboração com o Tribunal de Justiça ampliando sua atividade e estrutura. Sugeriu ainda que se possa estudar uma forma viável dentro das normas legais a permanência, do Jakson Pereira, frisando que o mesmo já tem experiência e pode colaborar na continuidade desse trabalho. Assim sendo, pede os serviços da Assessoria da Comissão para que elabore esse documento, assinado por todos os integrantes da Comissão para que possa ser deliberado pela Mesa. O referido assunto foi posto em votação e aprovado por unanimidade. O Presidente passou a palavra ao Deputado Cesar Valduga que parabenizou o Tribunal de Justiça em relação à Responsabilidade Social, que realiza, e por desenvolver um excelente trabalho na questão dos resíduos sólidos. Falou também que o exemplo tem que começar pelos Poderes, e a criação dessa estrutura proposta aqui é de primordial importância. Frisou que a permanência do Jakson Pereira, estagiário na Coordenadoria de Serviços Técnicos é muito importante para que o trabalho tenha continuidade e venha dar respostas à sociedade. Dando continuidade o Presidente passou a palavra a Maria Cristina Peixoto Neves, Educadora Ambiental que fez uma explanação sobre o trabalho desenvolvido junto a FATMA, no Parque Estadual do Rio Vermelho na preservação e reabilitação de animais silvestres. Dando continuidade, o Deputado Gean destacou que é muito oportuna a apresentação, porque busca cada vez mais desafios, tem novos Projetos pela frente e a Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Alesc quer ser aliada para poder apoiar. Ato contínuo, fez um reconhecimento ao Sargento Marcelo e a todos que estão à frente desse belo trabalho. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente reunião. A Ata será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no diário desta Assembléia.

Deputado Gean Loureiro
Presidente
*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2015

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE USO DE ATUALIZAÇÃO DO SOFTWARE DE *BACKUP* IBM PARA VERSÃO 7.1.1. E *DRIVE* DE FITA LT06**

DATA: 15/10/2015 - **HORA**: 09:00 horas
ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 15 de outubro de 2015. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).
Florianópolis, 30 de setembro de 2015.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

OFÍCIO

OFÍCIO Nº 702/15

ABCC OF N 002/2015 São João Batista, 08 de setembro de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Bombeiros Comunitários de São João Batista, referente ao exercício de 2014.

João Paulo da Silva
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 01/10/15

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2443, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício de suas atribuições, com amparo no artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o Ato da Mesa nº 094, de 9 de fevereiro de 2015, e o inciso I do art. 1º do Ato da Mesa nº 128, de 27 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

AUTORIZAR a servidora **ANDREA CRISTIANE FIALEK**, matrícula nº 7734, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Diretor Financeiro, código PL/DAS-7, com fundamento no art. 17, da Portaria nº 1015, de 26 de março de 2015, a realizar despesas sob o regime de adiantamento no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para pagamento antecipado de combustíveis, no mês de outubro do corrente ano, à conta da Ação 1144 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais, na dotação 33.90.30.96 - Material de Consumo.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2444, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício de suas atribuições, com amparo no artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o Ato da Mesa nº 094, de 9 de fevereiro de 2015.

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor **MAURICIO NASCIMENTO**, matrícula nº 2039, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Coordenador de Tesouraria, código PL/DAS-6, com fundamento no art. 45, incisos II e VIII da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, a realizar despesas sob o regime de adiantamento no valor de R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), para pagamento de diárias a deputados e servidores, no mês de outubro do corrente ano, por conta da dotação orçamentária 1138 - Administração de Pessoal e Encargos, 339014 - Diárias Civil.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2445, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **JULIO CESAR RONCONI**, matrícula nº 7825, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Patricio Destro).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2446, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **MURILO SOUZA ROSA**, matrícula nº 7880, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-47, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Gabriel Ribeiro).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2447, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **JOANA VALIATTI MANFROI**, matrícula nº 8060, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Gabriel Ribeiro).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2448, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **THAIS BARBARA DE SOUZA**, matrícula nº 7688, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-05, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Antônio Aguiar).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2449, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **FRANCIELE DÉBORA MAIA VIEIRA**, matrícula nº 7563, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-33, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Ismael dos Santos).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2450, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **ELIZIANE EMILIA ADRIANO MATOS**, matrícula nº 7987, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-74, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Ismael dos Santos).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2451, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ROBERTO DANIEL HONORATO**, matrícula nº 7885, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-55, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Liderança do PSB).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2452, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **HEVERTON LUIZ DA SILVEIRA**, matrícula nº 7759, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Mario Marcondes).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2453, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **REJANE VARELA**, matrícula nº 7867, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Cleiton Salvaro).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2454, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **DOMINGOS DE ABREU MIRANDA**, matrícula nº 6733, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-72, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Darci de Matos).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2455, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **NYREE VAN SONNESEN**, matrícula nº 5578, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Darci de Matos).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2456, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **IZETE DOS SANTOS**, matrícula nº 7695, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Jean Kuhlmann).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2457, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **PAULO ALFONSO WANDALEN**, matrícula nº 7541, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Jean Kuhlmann).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2458, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **LILIAN PRISCILA CIPRIANI**, matrícula nº 7848, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-59, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Liderança do PSD).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2459, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **IRANI TEREZINHA RODOLFI PEREIRA**, matrícula nº 2616, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-77, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Liderança do PSD).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2460, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **MARIA CECILIA SENS BURG**, matrícula nº 3505, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-50, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Liderança do PSD).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2461, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **ZULMAR SOUZA HABITZREUTER**, matrícula nº 7288, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-25, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Liderança do PSD).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2462, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora CRISTINA SCHIRLEY DA SILVA NEVES, matrícula nº 5191, de PL/GAB-06 para o PL/GAB-07, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Darci de Matos).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2463, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor FLAVIO VIEIRA JUNIOR, matrícula nº 7778, de PL/GAB-83 para o PL/GAB-62, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Dr. Vicente).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2464, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor ALAMIR MENGARDA, matrícula nº 7781, de PL/GAB-80 para o PL/GAB-72, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Dr. Vicente).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2465, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor NABOR JOSE SCHMITZ, matrícula nº 7218, de PL/GAB-62 para o PL/GAB-72, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Luiz Fernando Cardoso).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2466, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor ARNALDO FERREIRA DOS SANTOS JR, matrícula nº 3252, de PL/GAB-100 para o PL/GAB-95, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Luiz Fernando Cardoso).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2467, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor ANTONINHO EDESIO CANDO, matrícula nº 5185, de PL/GAB-26 para o PL/GAB-60, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Luiz Fernando Cardoso).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2468, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora LUCIANE PELLIZZARO DOS SANTOS HERKENHOFF, matrícula nº 2992, de PL/GAB-33 para o PL/GAB-20, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Cleiton Salvaro).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2469, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora TATIANA SILVEIRA DOS SANTOS PREDEBON, matrícula nº 6648, de PL/GAB-59 para o PL/GAB-64, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Dr. Vicente).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2470, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Administrativa Interna,** a contar de 1º de outubro de 2015.

Gab Dep Jean Kuhlmann

Matrícula	Nome do Servidor
3275	SERGIO LUIZ SEEMANN

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2471, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Administrativa Interna,** a contar de 1º de outubro de 2015.

Gab Dep Gabriel Ribeiro

Matrícula	Nome do Servidor
7840	EGIDIO SMANIOTTO FILHO
8099	TARCISIO POGLIA LOURENÇO

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2472, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que a servidora abaixo relacionada exerce **Atividade Parlamentar Externa/Registro Biométrico,** a contar de 1º de outubro de 2015.

Liderança do PSD

Matrícula	Nome	Cidade
5164	SIMONE KUHNEM RAUPP	JOINVILLE

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2473, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015 e tendo em vista o que consta do Processo nº 3938/2015,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER a servidora **NELISE REGINA DE SOUSA**, matrícula nº 688, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 16 de setembro de 2010 a 15 de setembro de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2474, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.*

NOMEAR MARIA IZABEL AVILA DA SILVA CARIONI, matrícula nº 6296, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Gelson Merisio).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2475, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.*

NOMEAR NYREE VAN SONNESEN, matrícula nº 5578, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-57, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Outubro de 2015 (Liderança do PSD).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2476, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.*

NOMEAR JOANA VALIATTI MANFROI, matrícula nº 8060, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-50, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Outubro de 2015 (Liderança do PSD).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2477, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.*

NOMEAR DOMINGOS DE ABREU MIRANDA, matrícula nº 6733, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-72, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Outubro de 2015 (Liderança do PSD).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2478, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.*

NOMEAR IRANI TEREZINHA RODOLFI PEREIRA, matrícula nº 2616, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-77, Atividade Parlamentar Externa/Biométrico, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Darci de Matos - Joinville).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2479, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.*

NOMEAR ZULMAR SOUZA HABITZREUTER, matrícula nº 7288, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Darci de Matos - Itapema).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2480, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.*

NOMEAR ANDRÉ ACHUTTI, matrícula nº 7814, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-78, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Mario Marcondes).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2481, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.*

NOMEAR REJANE VARELA, matrícula nº 7867, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-55, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Outubro de 2015 (Liderança do PSB).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2482, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.*

NOMEAR JULIA MARIANA PISANI DA SILVA, matrícula nº 7659, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Valmir Francisco Comin - Criciúma).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2483, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.*

NOMEAR EUGENIO MORETTI GARCIA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-72, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Dr. Vicente - Jaraguá do Sul).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2484, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.*

NOMEAR CARLOS GUILHERME ROCHA DOS SANTOS para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Gean Loureiro).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2485, de 1 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.*

NOMEAR LAURI PIGOZZO, matrícula nº 7617, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Cleiton Salvaro - Videira).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 0428.3/2015

Institui o Cadastro Estadual da Pessoa com Deficiência, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o Cadastro Estadual da Pessoa com Deficiência no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 3º São objetivos do Cadastro Estadual da Pessoa com Deficiência:

I - identificar e cadastrar toda pessoa com deficiência residente no Estado de Santa Catarina;

II - servir como base de dados para planejamento e auxílio na realização de todos os programas e ações estaduais voltadas às pessoas com deficiência.

III - especificar o perfil social, a capacidade laborativa e ocupacional e o nível de escolaridade.

Parágrafo único. O Cadastro deverá conter todas as informações necessárias para contribuir na qualificação, quantificação e localização dos portadores, bem como o tipo e grau de deficiência.

Art. 4º É obrigatório o cadastramento de todo e qualquer caso confirmado de deficiência adquirida ou congênita em habitantes do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º O Cadastro Estadual da Pessoa com Deficiência será divulgado por meio dos canais de comunicação e de ampla difusão e circulação.

Parágrafo Único. O cadastro poderá ser realizado por meio da Internet, em sítio do Governo, que poderá criar um *link* específico para esta função.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Antonio Aguiar
Líder da Bancada do PMDB

Lido no Expediente
Sessão de 30/09/15

JUSTIFICATIVA

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 23 traz como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência. A Carta Maior prevê também a competência legislativa concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal para dispor sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência (art. 24, XIV).

Igualmente, a CFRB/88 estabelece a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação (artigo 227, § 1º, inciso II).

Cabe, ainda, ressaltar que a presente proposição não se encontra elencada no rol do artigo 50, § 2º, da Constituição Estadual, que dispõe sobre as matérias de competência privativa do Governador de Estado.

No mais, destaca-se que a **função de legislar é típica deste Poder**, não sendo possível admitir o esvaziamento da atividade legislativa quando da interpretação, de forma ampliativa, da reserva de iniciativa do Poder Executivo.

Diante disso, percebe-se que a proposição em tela não cria ou redesenha qualquer órgão da Administração Pública, não cria deveres diversos daqueles já estabelecidos, bem como não implica em despesas extraordinárias.

As pessoas com deficiência têm garantido, em diversos diplomas normativos de âmbito nacional e estadual, o reconhecimento dos seus direitos, os quais estabelecem prerrogativas, faculdades e garantias em função da situação peculiar de pessoa com deficiência. Tudo para instituir a tais pessoas a igualdade, direito fundamental previsto expressamente na Constituição Federal.

Não obstante a previsão dos direitos, a legislação, especialmente a estadual, não previu, ainda, uma sistemática unificada para demonstrar a condição de pessoa com deficiência, para que elas possam EFETIVAMENTE usufruir de todos os seus direitos já assegurados por diversas leis estaduais.

Há variações de critérios e procedimentos para comprovar a condição de pessoa com deficiência. Muitas vezes, elas devem passar por exames reiterados para comprovarem deficiências duradouras ou permanentes, enfrentando as dificuldades do sistema público de saúde, na maior parte das vezes lento.

Diante disto, apresento esta proposição para criar um Cadastro Estadual da Pessoa com Deficiência. Este cadastro, cujas características gerais e especiais serão regulamentadas pelo Poder Executivo, terá a missão de fazer com que todas as pessoas nele regularmente inscritas possam fazer uso dos direitos, faculdades e prerrogativas previstos no mundo normativo para a pessoa com deficiência. Ainda, o Estado poderá programar estratégias de saúde para o atendimento das pessoas com deficiência, de forma organizada, uma vez que terá acesso a quantidade de deficientes no Estado e o tipo de deficiência que acomete cada pessoa.

Ora, o exercício dos direitos será possível sem a necessidade de produção de quaisquer outras provas, além daquelas exigidas previamente para a inscrição no Cadastro, permitindo a produção apenas uma vez.

Estas, portanto, são as razões pelas quais apresento esta proposição, contando com o apoio dos ilustres Pares desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

Deputado Antonio Aguiar
Líder da Bancado do PMDB

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0429.4/2015

Declara de utilidade pública a Associação Desportiva e Recreativa Gravatá, com sede no município de Navegantes.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Desportiva e Recreativa Gravatá, com sede no município de Navegantes.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 17 de julho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Mauricio Eskudlark

Lido no Expediente
Sessão de 30/09/15

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por escopo reconhecer a Utilidade Pública Estadual a Associação Desportiva e Recreativa Gravatá, instituição sem fins lucrativos, tendo em vista os relevantes serviços prestados à comunidade, tendo como objetivo da Associação: Desenvolvimento do amadorismo das modalidades esportivas; Promover eventos sociais de caráter cívico, esportivos, recreativos e culturais; desenvolver creches, centro de treinamento esportivo como: escolinha de futebol, vôlei, artes marciais e outros esportes amadores; Promover junto à comunidade atividade de teatro, música, pintura, visando a formação, desenvolvimento e integração social.

Por esta razão, a exemplo do reconhecimento de sua utilidade pública pelo Poder Público municipal, deve este Parlamento igualmente reconhecê-la, assegurando à entidade todos os direitos e benefícios decorrentes da legislação afim.

Para fins de instrução da presente proposição, segue anexa a documentação exigida pela legislação estadual, nos termos da Lei 14.182, de 1º de novembro de 2007.

Sala das Sessões, em

Deputado Mauricio Eskudlark

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0430.8/2015

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente de Responsabilidade Social Recomeçar, de Itajaí.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente de Responsabilidade Social Recomeçar, com sede no Município de Itajaí.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Serafim Venzon

Lido no Expediente
Sessão de 30/09/15

JUSTIFICAÇÃO

A Associação Beneficente de Responsabilidade Social Recomeçar, sediada no Município de Itajaí foi fundada em 02 de agosto de 2012, é uma Entidade Civil de Direito Privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira e de duração indeterminada.

A entidade destina-se ao acolhimento, tratamento, recuperação e ressocialização de dependentes químicos em álcool e demais tipos de substâncias psicoativas, promovendo total apoio na sua reintegração à sociedade, encaminhamento ao mercado de trabalho, geração de novos vínculos familiares e sociais, combate à ociosidade e a fatores de risco, resguardo da cidadania, reabilitação física, psicológica e espiritual, sem distinção de raça, cor, condição social, credo político e religioso.

A associação mantém ainda o compromisso de oferecer apoio às famílias de dependentes químicos em tratamento, equacionando desajustes da dependência química, por meio de atividades recreativas, esportivas e culturais.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação da presente proposição, por entendê-la de interesse público.

Deputado Serafim Venzon

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0431.9/2015

Declara de utilidade pública o Centro Terapêutico Cantinho do Céu, de Balneário Barra do Sul.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro Terapêutico Cantinho do Céu, com sede no Município de Balneário Barra do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Ismael dos Santos

Lido no Expediente
Sessão de 30/09/15

JUSTIFICATIVA

O Centro Terapêutico Cantinho do Céu, com sede no Município de Balneário Barra do Sul, é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins econômicos, com autonomia administrativa, financeira e filantrópica. É dedicado à recuperação e reabilitação das vítimas do álcool e das drogas, o que pode ser observado por meio do estatuto social que acompanha o presente projeto de lei.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição, por entendê-la relevante para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, com base na colaboração recíproca de seus associados e voluntários engajados na causa.

Deputado Ismael dos Santos

*** X X X ***

PROJETO DE LEI 0432.0/2015

Denomina Prefeito Renato Nunes de Oliveira a ala do Hospital e Maternidade Tereza Ramos, no Município de Lages.

Art. 1º Fica denominada Prefeito Renato Nunes de Oliveira a ala do Hospital e Maternidade Tereza Ramos, localizado no bairro Copacabana, no Município de Lages.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Gabriel Ribeiro

Lido no Expediente
Sessão de 30/09/15

JUSTIFICATIVA

O falecimento do ex-prefeito Renato Nunes de Oliveira causou comoção no povo lageano. Renatinho, como era conhecido, foi um grande gestor para o Município, tinha 68 anos de idade, era advogado e atuava na política desde 1980.

Quando ingressou no Partido Progressista desempenhou as funções de Secretário e Presidente do Diretório Municipal do então PDS. Já em 2001, tomou posse como vice-prefeito eleito pela chapa que tinha Raimundo Colombo como candidato a Prefeito.

Nas eleições municipais de 2004, a chapa Colombo-Renatinho concorreu à reeleição e venceu. Em 2006, com a vitória de Colombo para o Senado, Renatinho passou a ocupar o cargo de Prefeito, para o qual foi reeleito em 2008, com 42.634 votos, correspondente a 46,89% dos votos lageanos.

Pelos amigos era definido como um ser humano exemplar, companheiro leal e dedicado que deixou um legado que orgulha os que tiveram o privilégio de privar de sua amizade. Na cidade, é muito lembrado pelo grande apoio à educação, dando início em sua gestão, inclusive, ao processo de intervenção da Universidade do Planalto Catarinense, a UNIPLAC, que graças a esse processo continua proporcionando uma educação de qualidade a mais de cinco mil alunos.

Foi de Renatinho a ideia de criação, por exemplo, do programa de sanidade agropecuária dos produtos de origem animal e vegetal da Serra Catarinense que hoje está ativo e ajuda os produtores da agricultura familiar de todos os municípios daquela Região.

Diante do exposto, somado ao carinho que nutria o lageano por aquele que era considerado a "alma lageana", peço acolhimento da presente proposição que ora submeto à apreciação e aprovação dos nobres Deputados.

Deputado Gabriel Ribeiro

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0433.0/15

Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário do Bairro Bom Pastor, no Município de Chapecó/SC.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Conselho Comunitário Bom Pastor, com sede no Município de Chapecó/SC.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Cesar Valduga

Lido no Expediente
Sessão de 01/10/15

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente Projeto de Lei, que visa declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário do Bairro Bom Pastor, Município de Chapecó/SC.

A entidade tem como finalidade de integrar, representar, organizar e colaborar com a comunidade do bairro, desenvolver atividades recreativas, de lazer e outras que promovam a cidadania; bem como promover a assistência social beneficente nas áreas de sua abrangência.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, peço aos nobres Parlamentares a aprovação desse Projeto de Lei.

Deputado Cesar Valduga

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO nº 0012.5/2015

Institui, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, o Memorial da Defesa Social.

CAPÍTULO I
DO MEMORIAL DA DEFESA SOCIAL

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, o Memorial da Defesa Social, que se destina ao registro e exposição da biografia dos cidadãos e servidores da segurança pública, incluídos os policiais militares, bombeiros militares, policiais civis, agentes penitenciários e de segurança socioeducativos que consagraram sua vida à defesa da sociedade.

Parágrafo único. O Memorial da Defesa Social terá espaço próprio e será integrado por registros relacionados à biografia e às atividades desempenhadas pelos cidadãos e servidores da segurança pública de que trata o *caput*.

CAPÍTULO II

DA INDICAÇÃO DOS HOMENAGEADOS AO MEMORIAL

Art. 2º Caberá ao Deputado a indicação de um homenageado ao Memorial da Defesa Social por sessão legislativa, que deverá vir acompanhada:

I - da biografia pessoal e funcional ilibada;

II - da *causa mortis* relacionada ao cumprimento da missão de defesa social;

III - de justificativa que ateste a sua atuação em atividade reconhecida pela distinção honorífica com o endereço dos familiares.

Art. 3º A data, local e horário da realização da sessão solene serão comunicados pessoalmente aos Deputados, que farão a indicação em até sessenta dias antes da data de realização da sessão.

Art. 4º Aprovadas as indicações pela Mesa da Assembleia Legislativa e pelos líderes partidários, o ato será publicado no Diário da Assembleia, contendo os nomes e os dados dos homenageados, a data, o local e o horário da realização da sessão solene.

Art. 5º Aos familiares do homenageado falecido, cuja *causa mortis* esteja relacionada ao cumprimento da missão de defesa social, será dada ciência da solenidade a que se refere a parte final do art. 4º.

CAPÍTULO III

DA DATA DE ENTREGA DA MEDALHA E DE SEU FORMATO

Art. 6º Para entrega da medalha será feito um evento por Sessão Legislativa, em sessão solene, com data, local e horário a serem definidos pela Mesa da Assembleia.

Parágrafo único. Antes do encerramento da solenidade, será feita a entrega da medalha de que trata o *caput* do artigo aos familiares ou representantes do homenageado, contendo inscrição relativa à integração de seu nome no Livro de Registro e no Memorial da Defesa Social.

Art. 7º A Medalha será em metal e bronze, com o formato oval, e conterá na frente a figura de um cálice sobre chamas, sob a inscrição: "O (A) homenageado (a) foi incluído (a) no Livro de Registro e no Memorial da Defesa Social da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina", e no verso a inscrição "Agradecimento do Povo Catarinense", na forma do Anexo I.

Parágrafo único. Para efeito deste artigo, o cálice representa o coração que elabora a vida, e a chama simboliza a purificação e a iluminação eterna.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º As medalhas não recebidas pessoalmente serão repassadas aos familiares do homenageado por intermédio do Deputado que apresentou a respectiva indicação.

Art. 9º A outorga da homenagem não poderá implicar, de forma direta ou indireta, vantagem econômica aos familiares dos homenageados.

Art. 10. A Mesa da Assembleia manterá um livro de registro, rubricado pelo Presidente, no qual serão inscritos, por ordem cronológica, os homenageados, seus dados biográficos e o autor da indicação.

Art. 11. O Memorial de Defesa Social integra a consolidação de honrarias instituídas pela Assembleia Legislativa.

Art. 12. As despesas decorrentes da execução da presente Resolução correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 13. Esta Resolução será regulamentada por Ato da Mesa da Assembleia Legislativa, no que couber.

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Cesar Valduga

Lido no Expediente
Sessão de 01/10/15

JUSTIFICATIVA

O que devemos entender por Defesa Social? Pensamos ser o conjunto de mecanismos coletivos, públicos e privados para a preservação da paz social. A defesa é do Estado, e uma das garantias constitucionais que, simultaneamente, corre em três vertentes:

1. a garantia dos direitos individuais e coletivos;
2. a segurança pública; e
3. o enfrentamento de calamidades.

Para essas três vertentes existe uma gama de cidadãos e cidadãs capazes de entregaram suas vidas à Defesa Social. A segurança pública se torna, pois, apenas parte de um todo maior de relevante importância, que compõe em si, também, a tutela jurisdicional; a exposição das pessoas ao perigo; a defesa do Estado. Dessa forma, Justiça e Segurança se completam, mas entre elas se localiza uma área que é a de riscos coletivos. Essa área envolve a autodefesa das comunidades - tanto para calamidades como para atividades tradicionalmente enquadradas em segurança.

Sob esses princípios basilares da Defesa Social é que apresentamos o Projeto de Resolução posto em análise, com o principal objetivo de reverenciar a memória de cidadãos e servidores da segurança pública mortos em serviço ou em razão dele, aí incluídos os policiais militares, bombeiros militares, policiais civis, agentes penitenciários e de segurança socioeducativos.

Desta forma, entendemos tratar-se de justa homenagem àqueles que se dedicaram, com bravura e coragem, à proteção da sociedade, e o fizeram com tal engajamento que chegaram ao ponto de perder a própria vida nesse mister.

Pretendemos registrar publicamente a reverência e o reconhecimento de nossa sociedade, a esses verdadeiros heróis, para que jamais sejam esquecidos, permanecendo vivos na memória da Assembleia Legislativa, representante do povo do Estado de Santa Catarina, da mesma forma, na memória dos familiares e dos companheiros de farda, no caso dos servidores da segurança pública.

Como regra principal é a conduta ilibada e moral inatacável do homenageado póstumo, julgando-se também oportuno que cada Deputado faça uma indicação. Competirá à Mesa da Assembleia Legislativa e aos líderes partidários as aprovações das indicações, a fim de garantir que a homenagem se dê de forma impessoal, justa e merecida.

Em atenção ao Ato Normativo de consolidação de honrarias instituídas pela Assembleia Legislativa, o Projeto de Resolução que institui o Memorial de Defesa Social será regulamentado por Ato da Mesa da Assembleia Legislativa, no que couber, detalhe a ser levado em consideração, por ocasião das análises regimentais.

A presente propositura demonstra louvável ato de demonstração de respeito, apreço ou admiração àquelas pessoas que entregaram sua vida em benefício à garantia dos direitos individuais e coletivos, à segurança pública e ao enfrentamento de calamidades para que fiquem gravados, de forma permanente, na história de nosso Estado, razão pela qual pensamos que a proposta é fundamental para o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico do nosso Poder Legislativo, tendo, assim, por justificado o encaminhamento para aprovação do Projeto de Resolução em comento, contando com a proverbial atenção de nossos pares.

Deputado Cesar Valduga

ANEXO I
PROJETO DE RESOLUÇÃO

*** X X X ***